



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE JANEIRO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa

Elálcio da Marta

Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

O Plenário deu início à discussão, na especialidade, das Propostas de Lei n.^{os} 19 e 20/XI/3.^a/2021 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2021, dos seguintes sectores da área institucional: Presidência da República, Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro (Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, Comunicação Social e Novas Tecnologias e Secretaria de Estado da Comunicação Social), Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e o Ministério da Defesa e Administração Interna. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), os Srs. Ministros da Presidência do Conselho de Ministros,

Comunicação Social e Novas Tecnologias (Wuando Castro), das Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (Edite Ten Jua), da Defesa e Ordem Interna (Óscar Sousa), os Secretários de Estado do Comércio e Indústria (Eugénio Graça) e para a Comunicação Social (Adelino Lucas), que responderam às questões, os Srs. Deputados Carlos Correia (ADI), Arlindo Ramos (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Joaquim Salvador (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Bilaine Ceita (ADI), Beatriz Azevedo (MCI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), José António Miguel (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Alda Ramos (ADI) e Levy Nazaré (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas.

O Sr. Presidente: — Existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos

Alexandre da Conceição Guadalupe

Anaydi dos Prazeres Ferreira

Arlindo Quaresma dos Santos

Arlindo Ramos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Carlos Manuel Cassandra Correia

Celmira de Almeida Sacramento

Esmail da Glória do Espírito Santo

Idalécio Augusto Quaresma

Joaquim Salvador Afonso

Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José da Graça Diogo

Levy do Espírito Santo Nazaré

Mário Fernando de Jesus Rainho

Orlando Borges da Mata

Paulo Jorge Carvalho

Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas

Salcedas d'Alva Teixeira Barros

Sebastião Lopes Pinheiro

Silvestre Moreno Mendes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Adilson dos Reis Vaz

Ana Isabel Meira Rita

António das Neves Sacramento Barros

Arlindo Barbosa Semedo

Ayza Fortes da Silva

Danilo das Neves dos Santos

Eláckcio Afonso da Marta

Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Hélder dos Santos Ceita Joaquim

Iazalde Lopes do Sacramento Rita

Jaime Pires Sequeira de Menezes

José Rui Tavares Cardoso

Jerónimo Lima Pires Quaresma

Ketty-Keyla Neto da Silva Borges

Leonilda Maria Trovoada de A. Pires dos Santos

Maquel Jackson do Espírito Santo

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa

Maurício Vera Cruz Afonso Rita

Óscar Cosme da Conceição Gina da Silva

Paula Maria Fonseca Tavares

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção Carvalho

Danielson Alcântara Fernandes Cotú

Delfim Santiago das Neves

Felisberto Fernandes Afonso

Jamiel Joana Segunda

Movimento de Cidadãos Independentes
António dos Reis Faleiro
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. Presidente: — Vamos dar sequência aos nossos trabalhos, portanto, a discussão das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico 2021, neste caso, discussão na especialidade.

A Mesa está incompleta, não está o Sr. Deputado Managem, peço ao Sr. Vice-Secretário...

Uma voz: — O Managem já chegou.

O Sr. Presidente: — O Managem já chegou? Vai intervir? Já cá está o Sr. Deputado Managem.

O Sr. Adilson Managem (ADI): — Bom dia, Sr. Presidente. É que o eu vou apresentar...

O Sr. Presidente: — Então, está o Vice-Secretário, a Mesa está completa. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a leitura dos procedimentos regimentais que se vai seguir agora, para elucidar as Sras. e os Srs. Deputados, bem como os nossos seguidores na comunicação social e nas redes sociais. Portanto, fazer a leitura do artigo 211.º, coadjuvado com os artigos 164.º e 165.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Enquanto isso, peço aos Serviços para convidarem os membros do Governo, para ocuparem os respectivos lugares.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Técnicos da Comunicação Social aqui presentes e Técnicos da Assembleia, bom dia.

Eu passaria a ler, em primeiro lugar, o artigo 211.º do Regimento, com a epígrafe debate na especialidade:

«1. Debate na especialidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado não pode exceder dez dias, sendo o deste último organizado de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo.

2. Para efeitos do n.º 1, as reuniões da Comissão são públicas, sendo o debate integralmente registado e publicado.

3. Caso o Plenário use da faculdade prevista no 163.º, o debate na especialidade das mencionadas propostas de lei não pode exceder três dias.»

Como viram, os pontos 1 e 2 deste artigo correspondem ao cenário da discussão na Comissão competente, mas caso o Plenário use da faculdade prevista no artigo 163.º, o que foi feito ontem, por iniciativa de cinco Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, então, esse processo na especialidade será em Plenário. Por isso, eu passaria, um pouco para situar as Sras. e os Srs. Deputados, à leitura dos artigos 164.º e 165.º, porque a discussão na especialidade foi avocada ao Plenário.

«Artigo 164.º, ponto 1: A discussão na especialidade versa sobre cada artigo, podendo a Assembleia deliberar que se faça sobre mais de um artigo simultaneamente, ou, com fundamento na complexidade da matéria ou das propostas de alteração apresentadas, que se faça por números.

2. A votação na especialidade versa sobre cada artigo, número ou alínea.»

«Artigo 165.º, ordem de votação.

1. A ordem da votação é a seguinte:

- a) Propostas de eliminação;
- b) Propostas de substituição;
- c) Propostas de emenda;
- d) Textos discutidos, com as alterações eventualmente aprovadas;
- e) Propostas de aditamento ao texto votado.

2. Quando haja duas ou mais propostas de alteração da mesma natureza, são submetidas à votação pela ordem da sua apresentação.»

Esse é o teor dos artigos 164.º e 165.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Já se aprovou, ontem, uma proposta de apresentação e discussão na especialidade em Plenário, tendo sido definidos 3 dias: o dia 12, que é hoje, a área institucional, que abrange os órgãos Presidência da República e Assembleia Nacional, o Gabinete do Primeiro-Ministro, a Secretaria do Estado para a Comunicação Social, o Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Negócios Estrangeiros e Comunidades, Defesa e Administração Interna. É esta a agenda para hoje, dando sequência naturalmente nos dias seguintes, designadamente 13 e 14.

O Sr. Presidente: — Feita a apresentação dos artigos do Regimento que contêm normas para orientação dos nossos trabalhos de hoje, como disse, estamos hoje a analisar, na especialidade, as

Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, vendo os orçamentos da Presidência da República, da Assembleia Nacional, do Gabinete do Primeiro-Ministro, seguido do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, da Secretaria de Estado para a Comunicação Social, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, do Ministério da Defesa e Administração Interna, que encerrará.

No prosseguimento dos nossos trabalhos de hoje, de acordo com o Regimento, Sras. e Srs. Deputados que irão intervir, estamos a analisar na especialidade, repito, na especialidade, já ultrapassamos tudo que são questões genéricas nos debates que antecederam a nossa reunião de hoje. Portanto, quem tiver que intervir deve apresentar a argumentação, primeiramente, da sua proposta, propor imediatamente as alterações, de acordo com os preceitos regimentais. Portanto, tudo que for intervenções que tenham a ver com propostas de eliminação, de substituição, de emenda, de alteração, indicando automaticamente as alterações a serem feitas nos Ministérios ou nos órgãos afins.

O Sr. Primeiro-Ministro estará na reunião? Já está cá? Gostaria que convidassem o Sr. Primeiro-Ministro, para nós iniciarmos os nossos trabalhos.

Muito bom dia, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos, como eu havia dito, estamos a analisar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2021, na especialidade.

Tradicionalmente, nós nos atemos muito aos anexos e nos esquecemos de que estamos a analisar a proposta de lei. Por isso, quem quiser intervir, para além dos mapas em anexo, também há as leis das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado. A nossa proposta seria, numa primeira fase, discutir apenas os anexos, porque se formos discutir simultaneamente os anexos e os artigos poderá confundir um pouco os nossos trabalhos. Mas se alguém tiver alguma proposta de alteração à lei, relativamente aos sectores afins, poderá fazer igualmente neste período.

Estão abertas as inscrições para os Deputados que queiram intervir nestes sectores que estão em discussão.

Interpelação à Mesa? Qual é a norma que esta a ser infringida pela Mesa?

Tem a palavra o Sr. Deputado, para um pedido de esclarecimento. Tem 3 minutos.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, bom dia a todos.

Ligou-me um cidadão da Região Autónoma do Príncipe a perguntar se não se vai transmitir a discussão na especialidade na TVS.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — A transmissão vai ser feita, mas está a perguntar se será em directo.

Uma voz: — A Rádio!

O Sr. Presidente: — A Rádio vai passar em directo, mas a Televisão irá gravar e retransmitir o estrato no telejornal, como tem sido prática.

Mais alguma questão prévia?

Não sendo o caso, vamos dar a palavra aos Deputados que queiram intervir. De momento, ainda não temos. Portanto, estamos a analisar agora o orçamento da Presidência da República.

Alguma questão?

Neste caso, o anexo. Estamos a discutir na especialidade. O Primeiro-Ministro já defendeu todos os órgãos, na generalidade.

Não sendo o caso, podemos passar imediatamente para a Assembleia Nacional.

Alguma questão? O Orçamento está de acordo com o orçamento da Assembleia Nacional que foi aprovado, dias atrás?

O Sr. Presidente do Conselho de Administração da Assembleia não tem nenhuma questão a colocar?

Não sendo o caso, vamos de seguida apreciar o orçamento previsto para o Gabinete do Primeiro-Ministro, que inclui o Ministério da Presidência, o Gabinete do Primeiro-Ministro e a Secretaria de Estado para a Comunicação Social.

Alguma questão?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir esclarecimento sobre alguns *itens* que eu encontro no Gabinete do Primeiro-Ministro. Atendendo que há já um Ministério responsável por estas áreas, eu vejo que aparece alguns investimentos no Gabinete do Primeiro-Ministro destinados à Rádio Nacional, à TVS, construção de um armazém. Eu não sei por que é que a construção de um armazém está no Gabinete do Primeiro-Ministro.

Portanto, são pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado, como outros, quando tiverem que intervir, seria bom anunciar o número da página que consta no anexo, para os outros se situarem.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Infelizmente, o mapa que eu tenho não está paginado. Portanto, é sobre o Programa de Investimentos Públicos. Aqui está a questão que o Primeiro-Ministro levantou, na generalidade, um problema com os mapas. Alguns estão paginados, outros não.

Eu não sei por que é que essas verbas aparecem no Gabinete do Primeiro-Ministro, destinadas à Rádio Nacional e à TVS, sabendo que há um Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, da Comunicação Social e Tecnologia de Informação.

Alguém poderá explicar, para depois nos situarmos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, para esclarecer.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Comunicação Social e Novas Tecnologias** (Wuando Castro): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, bom dia.

Esta proposta e os projectos investimento estão anexo ao mapa referente ao Gabinete do Primeiro-Ministro, porque, por economia de meios, o Ministério da Presidência do Conselho de Ministros funciona no Gabinete do Primeiro-Ministro e utiliza a mesma DAF do Gabinete do Primeiro-Ministro. Portanto, tem sido assim em todos os Orçamentos, desde o início, os projectos, tanto da Secretaria de Estado da Comunicação Social como dos órgãos da comunicação social estatal estão indexados à parte referente ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

Relativamente à construção do armazém, especificamente, faz parte do projecto de investimento da Secretaria de Estado do Comércio e Indústria, que a partir de Setembro, com a remodelação do Governo, está também tutelada pelo Gabinete do Primeiro-Ministro.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Feito o esclarecimento, penso que nós temos, nesse caso, que alterar o nosso programa de trabalhos, porque a Secretaria de Estado do Comércio e Indústria está para o dia 13, mas neste caso também se inclui para hoje. Portanto, também estamos a analisar, neste mesmo quadro, neste caso o Gabinete do Primeiro-Ministro se inclui o Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, a Secretaria de Estado da Comunicação Social e Secretaria de Estado do Comércio e Indústria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para a réplica.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Eu concordo com a informação que foi dada, tendo em conta também que eu não vejo qualquer investimento no Ministério da Presidência, mas há uma questão que o Ministro fez referência, a construção do armazém. São 5 mil milhões de dobras para a construção de um armazém. O orçamento só diz construção de um armazém, mas nós não sabemos qual é o destino, para que serve esse armazém. São 5 mil milhões de dobras para construir um armazém. Nós precisamos de saber qual é a utilidade, para que fim se destina esse armazém.

O Sr. **Presidente**: — Bom, são 5 milhões, não 5 mil milhões, deve ficar bem claro, equivalente a cerca de 200 000 euros.

O Sr. Primeiro-Ministro está a indicar o Secretário de Estado para esclarecer.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio e Indústria.

O Sr. **Secretário de Estado do Comércio e Indústria** (Eugénio da Graça): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Eu gostava, sim, de esclarecer a questão do armazém. Como os Srs. Deputados sabem, há já algum tempo a esta parte, o Governo tem recebido o donativo do Japão, mormente o arroz, e o Estado são-tomense não tem um armazém próprio para a arrecadar este produto. Usamos o armazém do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) e há toda necessidade para nós termos um armazém próprio, e é nesta perspectiva que nós estamos a propor ao Japão, que está de acordo, para construirmos um armazém.

É preciso dizer que este produto é anual, que falhou em 2020, mas em 2021 já temos o produto, que está a ser carregado para o armazém do PNASE, e há a necessidade de termos o nosso armazém.

É nesta perspectiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

A resposta satisfaz o Sr. Deputado Arlindo Ramos?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não satisfaz, quer fazer a réplica?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, nós dissemos que devido aos vários problemas que o País tem há coisas prioritárias dentro das prioridades gerais. E eu acho, é a minha opinião, que esse armazém não é prioritário.

Uma voz do ADI: — Muito bem.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — E neste momento a minha proposta é de retirar esta verba que está destinada à construção do armazém.

Uma voz do ADI: — Não dá para o hospital?

Uma voz: — Coloca no hospital.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos, isto é uma proposta de eliminação, mas tem que fazer outra proposta para a sua alocação.

Posterior?

Uma voz do ADI: — Para a saúde.

O Sr. **Presidente**: — Não é só gritar saúde. Assim não se resolve. Na verdade, o Secretário de Estado irá responder.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**: — Fica tudo na saúde.

O Sr. **Secretário de Estado para o Comércio e Indústria**: — Obrigado, Sr. Presidente.

De qualquer das formas, temos que analisar e reanalisar a situação, porque como vêm tínhamos o produto no armazém da Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPORT) e, dada as necessidades, a ENAPORT tem que usar o seu armazém, estamos desprovidos de armazém. Estando desprovidos de um armazém, onde colocar esse produto? É este o problema.

O armazém do PNASE, neste momento, tem um espaço, mas é temporário, porque quando também a Educação receber o seu produto, não teremos onde armazenar o produto, por um lado, e, por outro lado, é fundo de contrapartida. O Japão, no fundo de contrapartida, põe à disposição um montante, que solicitamos ao governo japonês, que neste momento pôs também à disposição alguma verba para fazer algumas obras sociais. Solicitamos, porque estamos embaraçados, quanto a onde colocar os próximos produtos. Colocando uma grande quantidade a salvo, que partir para um armazém privado e o Estado arcar com tudo. É nessa perspectiva que temos que estudar que modalidade, que proposta teremos. Tendo um armazém nosso, servirá não só para a questão do arroz, mas eventualmente para outros produtos do próprio Estado.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD) — Sr. Presidente, bom dia a todos.

Apenas para reagir à proposta do Sr. Deputado Alindo Ramos. Respeita-se a opinião de cada deputado, aliás é um Deputado por quem tenho muito respeito, pela sua forma de estar aqui neste Parlamento, mas para dizer que eu não concordo com esta proposta. É sim uma necessidade, um armazém para armazenar o produto, ainda mais quando o financiamento é do próprio doador. Por isso, a minha intervenção é só para reagir a essa proposta e dizer que, sim, este valor deve manter-se no orçamento e o armazém deve ser construído.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carreia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, meus senhores: Estamos em tempo de pandemia e não estamos a dizer que o armazém não é importante, mas tendo em conta outras prioridades, eu penso que o Governo devia usar a sua inteligência, no sentido de convencer o doador a pôr essa verba, que já deve estar mobilizada, no Sector da Saúde. Eu dou um exemplo: vai fazer 1 ano que tivemos um caso de Covid-19 no País, começamos a ter casos, e até hoje o equipamento do PCR não funciona no Príncipe. Os técnicos dizem que falta calibragem de uma sala, um termo técnico qualquer. Eu penso que isso não está a ser feito, porque se calhar o Governo não tem tido verba para suportar a vinda dos técnicos de Portugal, ou de onde é, para certificar a câmara. Bem, esta verba podia ser para este fim.

Quem diz isto, diz outras carências ao nível da Saúde. Eu não estou a ver, o Estado é que tem o país, nós tínhamos tantos armazéns nas empresas agrícolas, as antigas empresas, o Estado não tem actualmente um armazém em condições? Quem é o detendor do actual armazém é mais soberano do que próprio Estado? Num momento de pandemia, vai querer cobrar ao Estado a guarda do arroz, uma situação social? Quer dizer, eu não percebo bem quem é o Estado neste país.

É isso que nós estamos a dizer. Não estamos a dizer que estamos contra. De facto requer-se um espaço próprio do Estado. Nós temos tantos armazéns neste país, outros até em ruínas, e nós vamos construir um armazém, neste momento, quando temos carências significativas no Sector da Saúde? Eu acho que isto é uma infeliz ideia e que ainda estamos a tempo de convencer o doador a transferir essa verba para o Sector da Saúde, da Região Autónoma do Príncipe e dos distritos.

Quer dizer, eu não percebo, Sr. Primeiro-Ministro.

Uma voz do ADI: — Muito bem.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Cassandra.

Há uma questão que nós não fixamos logo no início, não se distribui o tempo, na especialidade, mas temos que ter um limite. Começamos praticamente às 11 horas e temos que fixar o término desta reunião.

Uma voz: — O almoço.

O Sr. Presidente: — Portanto, se fixarmos 5 horas, vamos terminar às 16 horas.

Murmúrios.

O Sr. Presidente: — Quanto mais tarde a gente iniciar, somamos 5 horas de trabalho, terminamos neste período. No entanto, se terminar mais cedo, melhor. Então, vamos fixar das 11 às 16 horas.

Uma voz: — Não há intervalo, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Vamos ver a que horas vai ser o intervalo. Começamos às 11 horas, o intervalo será às 13 horas.

Murmúrios.

O Sr. Presidente: — Vamos fixar que a reunião tem a duração de 5 horas. Vamos somar 5 horas com a hora que a gente iniciar, depois ver-se-á.

Portanto, quem está a seguir?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas Deputados, eu gostaria de contribuir com a minha intervenção, para dissipar as dúvidas quanto à construção de um armazém. O que é um armazém? É um locar a partir do qual vai-se guardar os géneros, com alguma segurança e garantia. Algumas coisas que andam por aí, nas redondezas da cidade, não são armazéns. São locais de armazenamento.

Risos gerais.

Isso é para justificar a ideia do Governo na construção do armazém, que eu acho ser correta.

Eu lembro-me bem, quando nós construímos aqueles armazéns do Programa Alimentar Mundial (PAM), algumas pessoas diziam: «ah, está-se a construir coisas muito grandes», mas hoje em dia, muitas vezes, é insuficiente.

Se o doador, conhecendo a nossa realidade, sugere a construção de um armazém, para que possa albergar os produtos, eu acho melhor irmos por esta alternativa, porque são infra-estruturas. No entanto, questão de saúde é saúde, também se não houver armazém, com um bom arroz, também não garante a saúde, porque o armazém é construído de forma a permitir a circulação do ar, para garantir a conservação dos nossos géneros alimentícios.

Portanto, é bom que se construa efectivamente o armazém, porque noutras rubricas da Saúde vamos ver coisas para a Saúde.

Neste aspecto, a justificação do Sr. Secretário de Estado do Comércio está bem correcta. Nós sabemos o preço que se aluga os armazéns por aqui. Há muita gente que constrói armazéns para alugar, e o Estado deve ter essas infra-estruturas. O Estado hoje também aluga muitas casas, e esse dinheiro devia ser revertido para outros benefícios.

Portanto, a minha opinião é que se construa, sim, um armazém.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente Guilherme Octaviano.
Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. Joaquim Salvador (ADI) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas, São Tomé e Príncipe, bom dia.

Sr. Presidente, eu venho também na esteira desta questão de construção de um armazém. Penso que não se esta aqui a contestar a importância que tem um armazém para o País. É importante, mas penso que também é preciso perceber que, neste momento, em que toda gente conhece sobejamente aquilo que nos traz esta pandemia, o Governo certamente sabe que vai ficar com as mãos atadas, para conseguir engajamentos e mais. A ideia é que essa verba para a construção do armazém pudesse servir para questões da Saúde. Todas elas estão ligadas, é verdade, mas a saúde é mais prioritária, porque ainda ontem se disse aqui que falta até o paracetamol. Portanto, o que quero dizer?

O Sr. Abnildo d'Oliveira: — No hospital, falta.

O Sr. Joaquim Salvador (ADI): — No hospital, e toda gente sabe o que eu estou a dizer. No entanto, o Estado precisa, sim senhor, de vários armazéns, não só este. Precisa ter armazéns de qualidade. Até já tínhamos.

É por isso que eu venho aqui, aproveitando aquilo que alguns já disseram, tem-se que responsabilizar as pessoas, porque não é um armazém que falta em São Tomé e Príncipe. Cadê o armazém do Ministério da Agricultura? O Ministério da Agricultura tinha aqui um armazém, que ao mesmo tempo era um laboratório, e o único laboratório nacional. O que é que fizeram com esse armazém? Venderam-no, hoje temos lá uma instituição religiosa, e agora o Estado vai correndo atrás para buscar financiamento para construir um novo armazém. É assim que nós vamos levando a política de destruição de São Tomé. Alguém tem que responder por esses assuntos. Onde é que está o maior armazém que havia do Ministério da Agricultura?

Muito obrigado.

Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Joaquim Salvador.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para esclarecer algumas questões.

O Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu venho aqui também mais numa perspectiva de contribuir. De facto, nós não podemos fazer do armazém um cavalo de batalha.

Em relação aos paracetamóis, eu penso que o Sr. Ministro da Saúde disse que há mais de 1 milhão de comprimidos de paracetamol. Espero bem que esteja à disposição de todos os postos.

Relativamente a este armazém, primeiro para dizer que, quando nós falamos de saúde, a saúde é transversal. Naturalmente que há prioridade para aquelas questões específicas da saúde, mas temos que ver a saúde também numa perspectiva holística. Portanto, a alimentação é o primeiro remédio para o corpo, para o organismo. É por isso que nós falamos da alimentação e da nutrição, portanto, comer de forma saudável.

Em relação a este armazém e sobretudo para produto, em condições normais, nós já devíamos ter tido um armazém há muito tempo, porque o arroz do Japão não está aqui hoje e nem nos últimos 2 anos. Os armazéns da ENAPORT, cada vez mais, nós temos pressão sobre os produtos que vão chegando, e a empresa ENAPORT, muitas vezes, precisa do seu espaço.

Em termos de partilha, há os armazéns do PAM, neste momento do Ministério da Educação, nós temos estado a utilizá-los, a partilhá-los, mas sentimos essa necessidade de investir também num armazém próprio para este produto, por um lado. Por outro lado também, importa aqui dizer que, neste momento, nós já assinamos um acordo com o Japão, é uma verba extra, 1.5 milhão de dólares, para o Ministério da Saúde, de apoio à Covid. Está já assinado, só estamos à espera que o Embaixador possa vir para o *agrément*, mas há esta verba de 1.5 milhão para a Saúde.

Mais um dado, neste momento, em termos de materiais, equipamentos, consumíveis que chegaram para a Covid, nós estamos a utilizar, e aqui foi dito, quando nós fizemos o balanço de tudo aquilo que chegou no quadro da Covid, há o armazém de São Gabriel, que nós estamos a utilizar a custo zero, que é um armazém privado, até este momento ainda não foi liberto, onde temos estado a colocar os materiais da Saúde. Quem sabe lá um dia, por razões de necessidade, até porque este ano a pandemia é ainda uma imprevisibilidade, nós não sabemos qual é o âmbito do impacto, é possível que este armazém possa até servir para albergar também parte dos materiais da Saúde. Portanto, acho que é um investimento também prioritário. Naturalmente que não é prioridade das prioridades, mas acho que seria sensato deixarmos este investimento. Mas como eu disse, não faço cavalo de batalha em relação ao armazém, porque de facto tudo neste país é prioridade.

Muito obrigado.

Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Há mais inscritos?

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em partes estou um pouco ultrapassada com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro. Venho levantar uma outra questão agora em relação à forma. Estamos em sede da especialidade e, quando o Sr. Presidente começou a levantar a questão em termos dos órgãos de soberania, eu fiquei à procura, onde é que estava a Presidência da República, porque acho que isso também não está a obedecer a uma ordem de precedência.

Eu pensava que se tivesse colocado por código de órgãos. Estou a referir-me ao Programa de Investimentos Públicos, de 1 a 7. Começa-se com a Assembleia Nacional, depois vai para o Tribunal de Contas, a Presidência da República fica aqui encaixada no meio, e a minha pergunta é se não é possível colocar isso, tendo em conta que nós temos uma ordem de precedência, para que fique mais explícito, portanto, por órgão de soberania e por ordem de precedência. Por quê? Porque quando se vê, eu pensava que também estivesse órgão, mas se começa com a Assembleia Nacional, que tem um código 01, mas depois vai para Tribunal de Contas, 02, depois aparece o Tribunal Judicial, 10, aparece Presidência da República, 20, o Gabinete do Primeiro-Ministro, 21, ou seja, não se foi pela questão de órgãos.

Neste sentido, Sr. Ministro das Finanças deverá entender o que eu estou a propor, que seja por ordem de precedência: primeiro a Presidência da República, a Assembleia Nacional, e facilita também a leitura.

Muito obrigada.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Deputada Maria das Neves.

A questão de arrumação por ordem de presidência protocolar.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Eu não estou a propor que se altere a ordem da discussão. Hoje estamos a falar do capítulo relativo à análise institucional dos órgãos de soberania, praticamente. Estamos a analisar a Assembleia Nacional, a Presidência da República, o Gabinete do Primeiro-Ministro. O que eu estou a sugerir é que, na página relativa ao Programa de Investimentos Públicos, que seja colocado por ordem de precedência. Não que se altere a análise que se está a fazer.

Está Claro?

Ok, muito obrigada.

Sr. **Presidente**: — Claríssimo.

Não há mais inscritos, portanto, a explicação do Sr. Primeiro-Ministro satisfaz?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**: — Não.

Sr. **Presidente**: — Se não satisfaz, tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, registei a intervenção de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, sabemos todos da necessidade de conservação do produto alimentar, para que o consumidor possa ter um produto com qualidade. A posição do nosso Grupo é que a proposta que foi colocada pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos mantém-se, o Governo é soberano nas suas decisões, mas a nossa intenção é que o armazém é importante, sim, é até necessário, mas tendo em conta a urgência, porque nós todos estamos a convergir num sentido, estamos num contexto pandémico, e eu penso que até os nossos parceiros estariam sensíveis, se dissessemos: «olha, face à tal situação, nós pretendemos fazer isto». É em termos de alocação.

Quanto à questão do armazém, até um colega Deputado falou, porque o Estado vem alugando os armazéns, eu não sei, qual é o termo que o Vice-Presidente usou? Armazém é quê? Acondicionamento, coisa assim parecida. Seja como for, se está no privado, está a fazer negócio, mas num momento pandémico e numa situação transitória, eu penso que o Governo, até o Sr. Primeiro-Ministro, com essa pré-disposição de cavalo de corrida, pode até negociar com os nossos parceiros nacionais, para fazer uma redução de preços para se acondicionar, enquanto nós resolvemos um problema que é urgente, que é a questão da Saúde.

É este o posicionamento que nós temos, mas o Governo é soberano, no seu outro critério decidirá.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Líder Parlamentar do ADI. É preciso, quando falamos de propostas, também ver a fonte de financiamento e a sua dotação. E aquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro é que essa mesma fonte já atribuiu ao Sector da Saúde, para a questão da Covid, 1.5 milhão de dólares. Portanto, também seria um pouco fastidioso estar a pedir à mesma fonte, que já atribuiu para uma outra acção, de novo, que faça mais para a Saúde». Portanto, podemos perder. Às vezes, quando se força de mais, pode-se perder, como já perdemos muitos casos, muitos apoios. Sabemos disso.

Portanto, não é retirar, a proposta mantém-se, vamos analisá-la, mas é só para elucidar aos Srs. Deputados que nem sempre, forçando a barra, ganha-se. Às vezes forçando a barra perde-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de manter a minha proposta, bem, quem levantou o plano de fundo desta questão é o Sr. Deputado Arlindo Ramos, mas eu gostaria de propor que esta verba de 10.13, 62.12, fosse mesmo transferida para reforçar a verba da rubrica que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou aqui, de 1.5. Então, iria ser 1.7, para reforçar mesmo o Sector da Saúde. E eu gostava que esta proposta fosse à votação.

Queria chamar atenção ao Governo, este país tem um Estado, há vários armazéns e o Governo tem que ter a capacidade de convencer, seja ele privado, sei lá quem for, no sentido de se encontrar o armazém para os próximos anos, até que se encontre uma verba para se construir um armazém. Neste momento, não se pode desperdiçar verbas, porque 1.5, como anunciou o Sr. Primeiro-Ministro, para o Sector da Saúde, não é nada. Para os problemas com que nos confrontamos hoje no Sector da Saúde, não é nada.

O que que é isto? Mais um reforço e havemos de encontrar outras verbas algures, neste orçamento, de forma que todas elas sejam transferidas para o Sector da Saúde, porque o País precisa de resolver as situações básicas que tem, e não partir para uma questão de construção. Nós temos armazéns no País. O Sr. Vice-Presidente é um empresário, pode pôr à disposição do Governo um armazém, estamos em tempo de pandemia...

Uma voz do ADI: — Sim, sim, sim!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ... temos que ser solidários, a custo zero.

Quem é o PNASE? É o Estado. Aí é que eu não percebo quem é o Estado neste país. Eu ando por São Gabriel e encontro umas estruturas enormes. Certamente também estão desactivadas. O Estado não consegue convencer, como convenceu o doador a pôr essa verba? O doador até vai ficar satisfeito: «essa gente está preocupada com a doença. Eles não querem um armazém neste momento. Precisam de um armazém, mas pautam pela questão da saúde, que é essencial.» Armazéns com as devidas condições, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, que os produtos precisam ser armazenado, nós temos bastante em São Tomé. Agora, é preciso a capacidade de convencer esses privados, porque também compraram muitos desses armazéns do Estado a tuta-e-meia, hoje o Estado precisa e é preciso que o privado ponha à disposição do estado.

É isto que eu tenho estado a dizer. 1.5 milhão não é nada, Sr. Primeiro Ministro.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Não é nada, não, é muito pouco.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Nós devemos elevar essa verba de 1.5, agora 1.7 e até o final desta discussão, pelo menos, para 10 por qualquer coisa. Só para o Sector da Saúde. Se calhar até a faríamos um hospital.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Carlos Correia.

A única coisa que eu peço é que, quando se intervém, deve-se falar com alguma clareza, para que as pessoas que estão a nos ouvir lá fora, sobretudo os agentes dos doadores, percebam qual é o alcance da nossa intervenção. Dizer que 1.5 milhão não é nada, parece que quer dizer que vocês têm muito. 1.5 milhão é muita coisa. E ainda por cima quando é donativo. É preciso ter cuidado com as intervenções, como é que elas chegam ao receptor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, de facto não foi isso que eu quis dizer. O que eu quis dizer é que o doador pôs à disposição aquilo que tinha, de acordo com as negociações. O que quero dizer é que, tendo em conta a dimensão dos nossos problemas ao nível da Saúde, 1.5 milhão de euros não nos satisfaz plenamente. Então, se conseguíssemos convencer o doador para que essa verba seja transferida, em vez da construção, para reforçar a verba da Saúde e irmos buscar também mais dos outros doadores. Era mais neste sentido que eu quis falar, mas muito obrigado pela chamada de atenção. De facto tem razão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Deputado, tomo a palavra, porque se efectivamente não mantivermos a verba assim como está e como foi acertado com o Japão, ok, mas este ano não teremos esse montante. Vai-se ter que despoletar nova negociação como o Japão, é um processo moroso, porque é do fundo de contrapartida, e este ano não vamos receber. Todos os processos que se apresenta ao Japão como sendo da pandemia, analisam num outro fórum, com maior rapidez. Eles sugeriram, quando se levantou a questão do armazém de conservação, porque acharam que o arroz chegando aqui, pela forma como viram, não foi muito boa para eles, eles próprios estão empenhados neste processo. Tratando-se de um donativo e porque leva tempo, nós tivemos experiência nalguns projectos que conseguimos, que só agora vamos passar à fase de

execução, não seria conveniente pertermos esse valor agora. Como disse o Sr. Primeiro-Ministro, nós estariam a atacar o ponto fundamental da Saúde, boa alimentação.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é na sequência da intervenção de Sua Excelência o Sr. Ministro das Finanças.

Nós fizemos uma proposta, mas o Ministro trouxe um dado. Nós queremos perceber, se a rubrica para a construção do armazém é uma rubrica que o Governo vai negociar ou se já negociou com o parceiro, é um dado adquirido. Em função disso é que teremos a nossa posição, tendo em conta a nossa proposta.

É esse esclarecimento que eu gostaria de ter.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Já negociou.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Assim sendo, peço a indulgência dos meus companheiros do Grupo, uma vez que já fechou o acordo com o parceiro, portanto, retiramos a nossa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Deputado Arlindo Carvalho desiste, o Sr. Deputado Maurício também desiste, portanto, a proposta feita pelo Deputado Arlindo Ramos caiu, não temos nenhuma proposta de eliminação, vamos continuar a analisar o Orçamento e Grandes Opções do Plano no Gabinete do Primeiro-Ministro, da Presidência e também das duas Secretarias de Estado.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Ainda bem que o Sr. Presidente tem estado atento aos Deputados, quando pedem para se inscreverem, porque os Secretários não estão a dar conta do recado.

Risos.

Sr. Presidente, eu venho cá ainda no âmbito da questão do orçamento do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e da Comunicação Social. A execução do orçamento requer uma gestão transparente, clara e inequívoca. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro, sei que vão dizer que não é um assunto orçamental, mas se trata da gestão de bens públicos. Sabemos que há uma auditoria feita à Rádio Nacional, em que várias irregularidades foram detectadas no âmbito da gestão das receitas que eram cobradas ou que são cobradas pela Rádio Nacional. Gostaria que o Sr. Ministro me esclarecesse aqui, porque nós atribuímos verbas e investimos na Rádio Nacional com a actual direcção e estamos a correr o risco outra vez de ver esses fundos mal utilizados. É por isso que eu gostaria que o Sr. Ministro me esclarecesse sobre as medidas propostas pelo Tribunal de Contas sobre a gestão na Rádio Nacional, se já foram tomadas em conta ou se a situação da Rádio Nacional já foi corrigida.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Esta é uma questão isolada do orçamento, mas se o Governo assim entender, não há qualquer objecção.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, é só para esclarecer, do ponto de vista de auditoria, dizendo que os relatórios das auditorias feitas à Rádio Nacional e a todas outras instituições, tanto os de agora como os anteriores estão no Ministério Público, para se apurar as responsabilidades e cada um assumir as suas responsabilidades. Repito, tanto os de agora como os anteriores estão no Ministério Público, sem excepção, não só o da Rádio Nacional. São muitos relatórios.

Murmúrios.

Só dei um exemplo concreto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro das Finanças.

De acordo com o Regimento, processos entregues ao Ministério Público já não são da alcada de discussão da Assembleia Nacional. Portanto, está ultrapassado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, bom dia.

A minha questão tem a ver com uma rubrica que está no Gabinete do Primeiro-Ministro, que é apoio social, rubrica 60-53, com a fonte de financiamento Tesouro. Gostaria de saber do Sr. Primeiro-Ministro que tipo de apoio social o seu Gabinete presta, porque me parece não ser uma instituição vocacionada a prestar apoios sociais. Parece-me que seria correcto estar no Ministério de Solidariedade Social, uma vez que o Gabinete do Primeiro-Ministro não é uma instituição vocacionada para tal. Que tipo de apoio presta e que critério utiliza para prestar esses tipos de apoios?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Líder Parlamentar do Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, a pergunta é directamente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social, o meu colega de profissão Adelino Lucas. É que, de algum tempo a esta parte, nos vários governos que se sucederam, há uma intenção de o Estado santomense converter os órgãos da Comunicação Social, nomeadamente a Rádio Nacional e a Televisão, em empresas públicas. E vem aqui nas Grandes Opções do Plano, na página 44, o primeiro ponto é na sequência da página 43, 3.1, «neutralidade e independência da comunicação social pública». Diz um ponto que está nas Grandes Opções do Plano do Governo «converter os órgãos da Comunicação Social, nomeadamente Rádio Nacional e Televisão, em empresas públicas auto-sustentadas. Gostaria de perceber do Sr. Secretário de Estado em que trimestre do período vai ser executada esta medida, para nós termos mecanismos para acompanharmos a administração do Estado. Porque estamos sucessivamente a colocar no papel, mas não está a sair. Se nós entendermos que não é possível fazer, é melhor não colocar.

Queremos um esclarecimento por parte de Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social.

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social** (Adelino Lucas): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Esta preocupação de facto tem a sua razão de ser, no entanto é repetitiva. Eu acho que já no ano passado, aquando da discussão do Orçamento, eu dei a explicação necessária, tendo em conta a realidade. De facto, há todo um trabalho feito para que os órgãos se transformem em empresas públicas, mas, como compreenderá, as empresas públicas têm que ter uma sustentação. Portanto, a Rádio não produz o suficiente para garantir a sua auto-sustentação, a Televisão não produz o suficiente para ter a sua auto-sustentação. Sobreviver de duodécimos não resolveria coisa alguma.

Temos exemplos de empresas públicas santomenses que têm sido o que são. Daí que eu pessoalmente me tenho acautelado, para que esse passo seja dado com a devida segurança. Assim, tudo indica que neste primeiro trimestre, se não fosse a pandemia, já teríamos concluída a primeira etapa, agora em Dezembro, não foi o caso, estou a referir-me ao processo da TDT, da transição do analógico para o digital. Havendo essa transferência, a consumação desse projecto, que é inevitável, que é uma demanda da União Internacional das Telecomunicações (UIT), nós teremos como fazer grandes encaixes. Desde logo, tecnicamente o que chamamos cabeceira de rede, deve conhecer muito bem como é que é a TDT (Televisão Digital Terrestre), estará instalado e permitir-nos-á, num primeiro momento, uma abertura para 10 canais, podendo ser canais público ou privado, e numa fase posterior com acesso a televisão por cabo. Nessa altura, creio eu, poder-se-á ter receitas suficientes para que de *per si* os órgãos possam andar com os seus próprios meios.

Como viu e fez a devida anotação, se está nas Grandes Opções do Plano, é porque faz parte da preocupação do Governo. Não é um problema novo, é um problema que vem, já na legislatura anterior os Srs. Deputados trabalharam nesta matéria e existem diplomas legais para nós avançarmos, todavia, é necessário sermos realistas. Transformar a Rádio e a Televisão, porque queremos, numa empresa, ela não sobreviverá, terá morte à partida. Mas, mais do que isto, nós tínhamos que também encontrar uma solução com um parceiro de cooperação bilateral, a quem, lamentavelmente, não há como se adjetivar isso, pensou-se entregar o edifício da Rádio Nacional. Portanto, nós conseguimos convencer esse parceiro, para ter de volta o edifício da Rádio Nacional, que no fundo já é novamente do Estado santomense e, como compreenderão, no quadro desse trabalho, perspectivando a transformação dos órgãos em empresas públicas, temos mais um salto qualitativo, na perspectiva de angariação de receitas.

Ou seja, um projecto que já dura 22 anos, consumamo-lo agora, que foi a conclusão do auditório da Rádio Nacional. Com a conclusão desse auditório, nós conseguiremos tê-lo também como um reservatório, um espaço de angariação de receitas. Poder-se-á aí produzir actividades diversas. Estamos a pensar em apetrechá-lo com a capacidade de tradução para outros idiomas, pelo menos mais dois, para além do português. As gravações que os nossos artistas têm feitos ao ar livre e ao solo serão feitas naquele auditório. E cremos que sim, com essas condicionantes todas, estaremos em condições de dizer, sim, a Rádio e a Televisão podem fundir-se e ser uma empresa, de facto, de nome.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, eu peço a palavra para poder dizer também que sou de opinião que a construção do armazém não é prioridade.

Uma voz: — Está questão já está ultrapassada.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Mas eu também trago outra preocupação relacionada com o projecto que está inscrito no código 6606, que é a implementação de Televisão Terrestre. Não entendi e eu gostaria de saber como é essa implementação de Televisão Terrestre, como é que é feito e para quando essa implementado.

Outro projecto também que eu trago aqui como uma observação, código 6767, ainda no Gabinete do Primeiro-Ministro, o projecto de melhoria de serviços públicos aos cidadãos. Eu gostaria de saber se, nesse projecto de melhoria de serviço público aos cidadãos, está inscrito a implementação da base de dados dos nossos serviços ao nível nacional, principalmente no Hospital Central, a Saúde, porque se leva muito tempo, Sr. Primeiro-Ministro, para se conseguir os dados, ou seja, no arquivo do centro hospitalar, leva-se muito tempo para se conseguir o processo para fazer uma consulta.

Ouviu-se dizer aqui, por vários anos, que iriam implementar o processo de base de dados ao nível de todos os serviços, começou-se no Registo Civil, onde foram formados alguns cidadãos são-tomenses para trabalharem nos distritos, esses mesmos cidadãos ainda continuam a deslocar-se dos seus distritos para trazerem os documentos, em formato de papel, para o serviço de Registo Civil nacional. Então, em relação a base de dados para esses serviços, nesse capítulo de projecto para melhoria dos serviços aos cidadãos, eu sou de opinião que deveria ser feito nesses serviços, onde se faria muita coisa boa para os cidadãos e se perderia menos tempo à busca de muitas informações ou na apreciação de alguns serviços.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, volto para a Comunicação Social, tendo em conta a importância desse sector. Parecendo que não, para além da Saúde, para além da Justiça, Defesa e Segurança, Educação, a Comunicação Social é também importante.

A forma como comunicamos pode ajudar ou prejudicar. E é necessário elevarmos a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos de comunicação. Eu não vejo aqui, pelo menos do ponto de vista da visão do Governo, nas Grandes Opções do Plano, o que concerne a formação e capacitação dos quadros da Comunicação Social, e eu gostaria de propor que seja incluído. Se existe, não sei, pode ser que esteja em algum lado. Como no documento também há alguns aspectos dispersos, pode ser que esteja num outro lado, mas pelo menos no capítulo em que faz referência ao Gabinete do Primeiro-Ministro e Comunicação Social, particularmente, não vejo.

Eu gostaria que dássemos uma importância à formação e capacitação de quadros da Comunicação Social. Agora, como buscar a dotação para satisfazer a esta proposta de opção? Uma vez que nós estamos no período pandémico e muitas reuniões, quer governamentais quer estaduais e também a nível ministeriais, são feitas por videoconferência, e o Governo atribuiu alguns montantes, é verdade que não são tão exagerados, para missões no exterior, eu proponho o corte de 5% em todas as verbas para missão no exterior, para serem canalizadas para a formação e capacitação de quadros da Comunicação Social. É a minha proposta.

Segundo ponto, não é proposta, mas um pedido de esclarecimento, não sei se a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro ou a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social, que tem a ver com a questão da implementação do Estatuto de Carreira dos Jornalistas e Quadros da Comunicação Social. É um assunto que vem sendo propalado, já vimos vários encontros entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Sindicato da Comunicação Social, mas até hoje o que nós sentimos é uma reclamação, até quando a sua implementação.

É verdade que os quadros da Comunicação Social trabalham e são funcionários públicos como outros, mas eles fazem horas extraordinárias, não têm Sábado, não têm Domingo, não têm feriados, e é necessário uma atenção. Por isso, gostaria de um esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação, Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos.

Em partes, encontro-me um bocado ultrapassado, mas um dos aspectos que eu também queria obter informação, que é importantíssimo para mim, é porque, a determinado momento da intervenção do Sr. Secretário de Estado, eu estava a reapreciar aqui o orçamento, deu-me a sensação de ouvi-lo dizer alguma coisa, no sentido de se ter dado a um privado o edifício da Rádio Nacional ou algo semelhante. Não entendi bem e por isso gostaria que o Sr. Secretário de Estado explicasse isso e que nos diga, por favor, se for isso que entendi, como é que é, quem o fez e como foi.

O Sr. Presidente: — Temos cerca de cinco questões colocadas, portanto, a Sra. Deputada Bilaine Ceita pede esclarecimento sobre a dotação de 6053 e também 6606; a Sra. Deputada Beatriz Azevedo quer esclarecimento sobre a descrição «televisão terrestre»; o Líder Parlamentar da Coligação quer esclarecimento sobre a questão da privatização ou não do edifício da Radio Nacional; temos uma proposta de aditamento e uma proposta de alteração, vinda do Líder Parlamentar do ADI.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

O Sr. Ministro da Presidência de Conselho de Ministros, Comunicação Social e Novas Tecnologias: — Sr. Presidente, no que concerne à questão do apoio social, esta é uma verba que, de alguns anos para cá, é atribuída ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, exactamente para atender a algumas emergências sociais, algumas questões pontuais que vão surgindo e, naturalmente como Chefe de Governo, até quando se desloca em visitas às comunidades, distritos, há algumas necessidades urgentes que são resolvidas através desta verba, e posso dar exemplo. Quando aconteceu o incêndio na Ponta do Sol, foi com esta verba que o Gabinete apoiou e, ultimamente, os cidadãos do Príncipe que estavam retidos aqui em São Tomé, no âmbito da Covid-19, foi também com esta verba que se apoiou o regresso dos mesmos, com a contribuição para o Navio Príncipe. É uma verba de emergência que tem estado em todos os orçamentos para esse tipo de situações.

No que concerne à implementação da televisão digital terrestre, no fundo incorpora esse processo de transição do sinal analógico para o digital, é um processo que já vem decorrendo há muito tempo, a própria OIT tinha imposto o prazo de Junho de 2020, para que em todo o mundo fosse desligado o sistema analógico e se começasse a transmitir as emissões da televisão, rádio e não só, através do sistema digital. Infelizmente o nosso processo que já vem desde 2013, 2014, constituiu uma comissão, em 2019, para lidar com este processo, presidida por mim, e que, naturalmente por causa dos efeitos da pandemia, houve um atraso, mas por outro lado nos permitiu também que a OIT estendesse mais o prazo, e continuamos a trabalhar, como foi dito aqui pelo Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social. Vamos tentar implementar a primeira fase no primeiro trimestre, a partir de Março, para que o mais rapidamente tenhamos em São Tomé e Príncipe a transmissão em sinal digital. Daí o termo televisão digital terrestre. Portanto, é um sistema de transmissão que vai permitir a toda gente captar o sinal com melhor qualidade e maior amplitude. Vamos conseguir ter o âmbito nacional.

Por último, a questão do Estatuto de Carreira dos Jornalistas, como também o Estatuto de Careira de outras classes, nomeadamente médicos, enfermeiros, temos dito e, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, temos conversado com o Sindicato, com a Associação dos Jornalistas, os profissionais. Eles entendem que esse processo está indexado, digamos assim, ao processo de revisão da grelha salarial, que é um dos grandes cavalo de batalha deste Governo, que vai permitir exactamente resolver todas as assimetrias e injustiças salariais que se verifica no País, em todas as classes, e onde essa questão de subsídios de turno, horas extras, subsídios de fim-de-semana estará salvaguardada, neste aspecto.

São estes os esclarecimentos que tenho a dar.

O Sr. Presidente: — Há uma questão por esclarecer, o código 6767, projecto de melhoria dos serviços públicos aos cidadãos.

O Sr. Ministro da Presidência de Conselho de Ministros, Comunicação Social e Novas Tecnologias: — Obrigado pela lembrança.

Este projecto está naturalmente indexado ao projecto de data center nacional, que esta neste momento sob coordenação do Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC), mas há uma necessidade premente de termos finalmente o nosso data center nacional, até porque briga com questões de protecção de dados, salvaguarda da identificação dos próprios cidadãos, porque muitos dos nossos projectos que estão a correr, um deles é o Projecto SIGA, que tem a ver com a digitalização dos assentos de nascimentos. Infelizmente, neste momento, a base de dados está alocada fora do País, o que é proibido por lei.

Queremos, numa primeira fase, desenvolver as nossas capacidades internas, conseguir construir aqui em São Tomé um data center nacional, sob tutela e coordenação do INIC, para a partir daí avançar para outros projectos de prestação e facilitação de serviço aos cidadãos. Naturalmente que a parte que está no orçamento tem a ver com o hardware, tem a ver com toda a infra-estrutura que o INIC vai ter que adquirir, para fazer a coordenação desses projectos, que serão depois alocados nos nossos ministérios. Sobretudo no que tange a esse projecto em concreto, vamos começar com um projecto de cidadania, do Ministério da Justiça, que vai, se tudo correr bem, desembocar na produção de Bilhete de Identidade único. Será mais a parte de software, das licenças e das aplicações, mas o hardware, as infra-estruturas, estarão no INIC, por isso é que o projecto está alocado no meu Ministério.

O Sr. Presidente: — Temos mais inscritos, mas temos que resolver esta questão. Há uma proposta de aditamento e de alteração. Portanto, aditamento é inclusão no orçamento, a rubrica é «formação e capacitação dos quadros da Comunicação Social» e a dotação será reduzir 5% de todas as verbas de todos os órgãos.

Gostaria de ouvir o Governo, para submetermos a proposta à votação.

Podemos ouvir eventualmente um deputado, enquanto o Governo reflecte sobre a proposta.

O Governo precisa de um esclarecimento. São 5% de todos os órgãos e todos os ministérios ou apenas os ministérios?

Está esclarecido, a proposta é que seja só a nível do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Faço a minha intervenção nesta altura, uma vez que ouvi atentamente a explicação do Sr. Ministro da Presidência, mas não me convenceu. A questão de 1.3 milhão de dobras de «apoio social», no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, achamos que é muito dinheiro para estar no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, e depois não há nada claro sobre o que o Sr. Primeiro-Ministro vai fazer com esse valor. O que o Sr. Ministro da Presidência explicou é que eventualmente se houver um incêndio ou quando o Sr. Primeiro-Ministro estiver nas suas andanças. Isto não justifica ter tanto dinheiro no Gabinete do Primeiro-Ministro, para quando o mesmo estiver a passear poder distribuir para as pessoas ou, então, quando há um incêndio, não. Há um sector próprio, quando há incêndio, para tratar desse assunto. Estamos aqui a referir-nos a um sector social, sector próprio.

O Gabinete do Primeiro-Ministro não tem vocação, não tem pessoal preparado para lidar com essa matéria. É uma matéria que tem que ser entregue ao sector próprio, por um lado. Por outro lado, sabemos que há pessoas reformadas a receberem uma miséria de dinheiro. Sr. Primeiro-Ministro, por favor, não pode ter no seu Gabinete 1.3 milhão de dobras, para fazer nada. O que o Sr. Ministro da Presidência fez-nos entender aqui é que o valor é para fazer mesmo nada. Precisamos saber o que o Sr. Primeiro-Ministro quer fazer com 1.3 milhão de dobras no seu Gabinete. Para quê, quando há pessoas a precisarem desse dinheiro? Sabemos quanto ganham os nossos reformados. Uma miséria de dinheiro. Sabemos que há sectores, por exemplo, fomos visitar a casa da Associação de Cegos e Amblíopes, pessoas que têm de facto necessidade. Queremos saber exactamente, depois quando estivermos a falar deste sector, qual é a verba que tem para esses sectores.

1.3 milhão de dobras para o Gabinete do Primeiro-Ministro para quando estiver a passear para distribuir, ou quando há um incêndio ou coisa assim parecida, não justifica. Por isso, acho que é preciso convencer-se muito mais as pessoas.

Quando temos 1.3 milhão de dobras para o Gabinete do Primeiro-Ministro, temos por exemplo, reabilitação de pavimento em volta da TVS. Quanto é que está? São 750 000 dobras. Acho que parte dessa verba poderia ser retirada para completar a reabilitação do pavimento à volta da TVS e não só. Se quisermos dar de facto uma outra imagem à nossa televisão, é preciso melhorar a verba afecta à reabilitação do pavimento em volta da TVS, ao invés de termos 1.3 milhão de dobras no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Vamos dar a palavra para fazer a proposta, mas o Sr. Ministro tem a réplica.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

O Sr. Ministro da Presidência de Conselho de Ministros, Comunicação Social e Novas Tecnologias: — Sr. Presidente, chamo atenção aos Srs. Deputados, para entenderem bem aquilo que eu disse e não tentarem ludibriar a população. Em momento algum eu disse que o dinheiro fica no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, para quando este sair em passeio.

Este montante está alocado no orçamento e sempre que houver necessidade para alguma intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, naturalmente que cumpre todos os procedimentos das Finanças, com proposta, para ser canalizada esta verba. Não é dinheiro que fica no Gabinete que o Sr. Primeiro-Ministro mete no bolso e vai distribuir.

É bom fazer esta clarificação.

Murmúrios.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação diz que o Sr. Secretário de Estado para Comunicação não respondeu à sua pergunta.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, para clarificar aquilo que havia dito, sobre a privatização do edifício da Radio Nacional.

O Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social: — Sr. Presidente, antes mesmo desta questão, gostaria de dizer ao meu companheiro, o Sr. Deputado Abnaldo d'Oliveira, que relativamente à questão da formação para os profissionais da Comunicação Social, está sendo acautelada. Se olhar bem para o orçamento, há uma proposta de formação, é verdade que é uma verba muito reduzida, no resumo das despesas de função, «serviço de ensino e formação» para a radio e a televisão, rubrica 1053. Repito, para a Rádio Nacional e a Televisão, há uma verba para ensino e formação.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Se for pouca, vamos reforçar. Capacitação e difusão de informação.

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social**: — Inclui a formação. Portanto, é uma das rubricas alocadas.

Vozes do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Têm o orçamento em mãos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Mas estamos aqui a acompanhar.

O Sr. **Presidente**: — Está bem, podem acompanhar, para não perturbar. Pode continuar, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social**: — Agora sim, se me permitir, posso responder à preocupação do Sr. Deputado Danilson Cotú. De facto, um acordo que data de 23 de Dezembro de 2016, assinado entre o Governo de então e a Fundação Maarif, para se entregar o edifício da Radio Nacional a esta Fundação. O acordo foi assinado, tenho-o aqui comigo, e a Fundação Maarif queria, fundamentalmente por causa deste tal auditório que felizmente concluímos agora.

Se precisar, eu poderei facultar os documentos aos senhores. Temos parceiros de cooperação, eu ajo com cautela.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — O Sr. Secretário de Estado veio indicar a rubrica de capacitação, dizendo que a questão da formação está na capacitação. A rubrica está «capacitação e difusão de informação». Difusão de informação é muito vasto e o montante que está cá, estamos a falar de 16 milhões e qualquer coisa. Quer dizer que posso ficar tranquilo que os quadros da Comunicação Social vão ser capacitados e formados, mas nas GOP o Governo não tem esta visão. O orçamento tem uma coisa que o Governo não tem visão nas GOP e não está escrito. É necessário que haja entrosamento entre os dois documentos.

Segundo, é apenas uma réplica, Sr. Secretário de Estado, com relação ao acordo entre o anterior governo e a Fundação, para a transferência do edifício. Como soltou a informação, dá-se a entender que se iria pôr a Rádio na rua e dar-se-ia o edifício à Fundação. É necessário que o Sr. Secretário de Estado tenha a elevação de explicar também à população por que é que esse acordo foi feito, qual é o fim, onde é que a Radio Nacional iria estar, como é que estaria e que fim esse edifício teria.

Esta é a informação que o povo precisa saber. A forma como o senhor passou a informação é deturpadora, é propagandista. Daquilo que sei, o anterior governo também tinha a intenção de transformar a Rádio Nacional e a Televisão em empresa pública, unificar as duas instituições. Por isso, o edifício da Rádio Nacional seria para a Fundação, com fins benéficos para a cultura nacional. Já que o Sr. Secretário de Estado tem mais informações, porque está no Governo, que diga bem essas informações, porque da forma como o fez, foi propaganda.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, para réplica e esclarecimento.

O Sr. **Secretário de Estado para a Comunicação Social**: — Caro companheiro da área de actividade profissional, não sou propagandista. Posso ser outros *istos*, mas não propagandista. Digo-lhe que a questão só foi colocada aqui, porque recebi uma solicitação para esclarecer. Não sou propagandista! Se assim fosse, já o teria feito algum tempo a esta parte.

A Fundação Maarif, esse processo todo, se calhar teve o seu início em 2014. Naquela altura, há um indivíduo, Adelino Lucas Vila Nova dos Santos, tínhamos recebido da cooperação Turca motorizadas, computadores, máquinas fotográficas, um sem-números de aparelhos de ar condicionado para a Rádio Nacional e para a TVS. Naquela altura, já se negociava a transformação dos órgãos em empresa pública, mas mais do que isso, todas acopladas num único edifício, ia-se alargar o edifício da TVS. O trabalho foi feito, a maquete foi produzida e infelizmente esse processo foi travado. Deixou-se de avançar com a proposta de construção do edifício, na parte de traz do actual edifício da Televisão, e subitamente surgiu isto.

O que é que está aqui como contrapartida? Poderei dar uma cópia depois aos Srs. Deputados, se a Assembleia tiver como reproduzir. É que a Turquia receberia aquele que é um dos mais emblemáticos edifícios de São Tomé e Príncipe, da cidade capital, e com uma localização extraordinária, e propunha construir um estúdio. Não estou a dizer uma casa de rádio, os senhores hão-de ler. O que é um estúdio? Estúdio é o que eu tenho agora nas rádios comunitárias, uma ou duas paredes, em que tem lá um indivíduo

que vai parlando e vai fazendo animação. Quando estamos a falar de produção de uma rádio, estamos a falar de outra coisa. Acredito que o Sr. Deputado entende o que é de facto uma rádio, no seu sentido amplo e responsável da palavra.

Dizer mais ainda, ainda assim, quando chegamos a esta função, em 3 de Dezembro de 2018, a Fundação Maarif veio, com toda a carga, porque há um acordo, há um compromisso e tem que avançar. Pura e simplesmente, recusamos e justificamos. Se quiserem alargar o edifício da Televisão para outros fins, que o façam, não foi o caso. Queriam simples, única e exclusivamente o edifício emblemático da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a Rádio Nacional.

Portanto, não sei que explicação o Sr. Deputado queria mais, mas se precisar, darei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, tenho duas intervenções, uma delas, voltando atrás, à questão da verba de 1.3 milhão de dobras, no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

Eu gostaria de solicitar, a final de contas temos os encargos gerais do Estado e há uma rubrica que é vocacionada para essas despesas, como o Sr. Ministro da Presidência tentou aqui nos explicar, mas não sei por que carga d'água essa verba está... Ok, ouve-se vozes, porque sempre houve. Não, não. Não se pode admitir que se continue sempre com esta prática, seja que governo for.

Sugerimos que esta verba seja transferida para os encargos gerais do Estado.

Ainda por cima disto, quando sabemos que o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, como já tentou explicar o Sr. Deputado José António, não tem nenhum sector da área social. Há um sector próprio da área social. Seria bom que esta verba estivesse no sector de área social, por exemplo, o Ministério do Trabalho, Segurança Social, que está em melhor condições de gerir esta verba, para quando houver esses casos de emergência.

O Sr. Secretário de Estado tentou aqui falar sobre essa questão de acordo, todos os governos fazem acordos, mas há contrapartidas. Umas boas, outra menos boas...

Uma Voz do PCD/MDFM-UDD: — E esta é boa?

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — É boa.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Ele falou só da parte que lhe convinha. Não sabemos os meandros da outra parte.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sim, não disse tudo.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Não estou a ver nenhum governo sâo-tomense a fazer um acordo desse tipo. Aliás, o mesmo aconteceu quando um certo governo do País, o Governo do ADI, na altura, fez um acordo para transformar um dos nossos maiores elefantes brancos, que tínhamos aqui na capital do País, que é hoje o actual CKdo. Fez um acordo e hoje é um edifício com utilidade.

Na altura, foi um cavalo de batalha na Assembleia, para que isso passasse. Hoje está a beneficiar-nos. O Estado está a arrecadar receitas, o edifício não está inoperante, mas ainda me lembro dessa discussão, foi uma guerra, para se transformar a doca, lota, sei lá o que é, em um supermercado. Foi o Governo do ADI que fez esse acordo, mas à partida diziam que não, que não era possível. Foi aquele governo que tirou aquele edifício no seu padicê.

Daí que vir aqui dizer que há um acordo que o governo assinou para fazer um estúdio, não acredito. Havia mais coisas, certamente. O edifício é emblemático, mas o Estado é soberano. Se entender que há uma situação que possa beneficiar melhor o próprio País, o Estado está na incumbência de fazê-lo.

O Sr. Presidente: — Infelizmente, nem com a lição dada ontem pelo Sr. Deputado Levy Nazaré somos capazes de ser humildes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção é mais para criticar a Mesa.

Estamos aqui para discutir o orçamento e temos que inserir a nossa discussão no orçamento, verbas inscritas, que devem ser retiradas com proposta de anulação, eliminação, de aditamento. Agora, vir aqui com contractos, acordos e outras coisas mais fora do quadro orçamental, estamos a perder tempo. Já deveríamos ter terminado esta área institucional há muito tempo, estamos a perder tempo.

Sr. Presidente, por favor, meta as pessoas já a discutirem o orçamento!

O Sr. Presidente: — Ainda há pouco falei na questão de humildade.

O Sr. Arlindo Santos (ADI): — Geral.

O Sr. Presidente: — Geral. As pessoas não podem ter essa atitude de que, quando o mal é de outro lado, é muito mau, quando o mal é do meu lado, é muito bom. Não pode ser! E não somos coerentes! O próprio Deputado Arlindo Ramos levantou cá uma questão que ele próprio disse que estava fora do quadro orçamental, e eu fiz um comentário, dizendo que era uma questão isolada, mas a Mesa não via qualquer inconveniência em o Governo responder. Também não era caso concreto do Orçamento! Se a Mesa cingir-se *ipsis verbis* sobre o que está no Regimento, vão cair-lhe em cima. Então, a gente fica sem saber o que fazer.

A questão de lota ou doca está no Orçamento? O que é elefante branco? Qual é o conceito de elefante branco? Então, se a gente intervir, vão dizer que está conduzir mal os trabalhos. Quando deixa à vontade, também está a conduzir mal os trabalhos. Então, o que é que devemos fazer? Cingir-nos, pura e simplesmente, ao Regimento!

Murmúrios.

Temos que ser coerentes!

Temos apenas uma proposta sobre a Mesa e vamos submetê-la à votação.

A única proposta que foi aqui feita é de transferir o valor que está no Gabinete do Primeiro-Ministro, atenção, está dotado no Gabinete do Primeiro-Ministro, para encargos gerais. É a única proposta que a Mesa tem registado. Nós,...

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Há uma proposta de 50%.

O Sr. Presidente: — 50? É uma proposta, o Governo vai reagir e vamos submeter à votação.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Indico o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Comunicação Social e Tecnologia de Informação: — Sr. Presidente, da parte do Governo, é para manter como está.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Vamos submeter a proposta à votação.

Portanto, há uma proposta de alteração, corte de 50% da verba dotada sob a referência 6053, para encargos do Estado.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — Gerais.

O Sr. Presidente: — Encargos Gerais do Estado.

Submetida à votação, foi reprovada com 23 votos a favor, 28 contra e 3 abstenções.

Portanto, está reprovada a proposta. Passemos de imediato aos outros intervenientes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, é apenas para fechar este capítulo da Comunicação Social. É que nós, quando falámos aqui e citamos nomes de países parceiros, é necessário fazê-lo também com algum sentido de responsabilidade. E nós estamos aqui a citar o nome da Turquia. É verdade que vamos entrar na área dos Negócios Estrangeiros, a Turquia é um parceiro bom para São Tomé e Príncipe, temos excelentes relações. Portanto, eu acredito que a Fundação não iria apenas tomar o edifício da Rádio Nacional, sem dar uma contrapartida boa.

Para terminar, para dizer que a Turquia é um bom parceiro, é através do parceiro Turquia que nós conseguimos meter duas centrais de oxigénio em São Tomé e Príncipe, no Hospital Central, em São Tomé, e no Príncipe.

Era só isto, obrigado.

O Sr. Presidente: — Este assunto é para discutir no Orçamento?

Murmúrios.

Não havendo mais questões ligadas ao Gabinete do Primeiro-Ministro...

Sr. Deputado Carlos Correia, é questão ligada ao Gabinete do Primeiro-Ministro e que tem a ver com o Orçamento?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Um pedido de esclarecimento à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimento à Mesa.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, é para saber o que é que se passa com a água. Não há água, os técnicos abandonaram-nos hoje.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguma intervenção relativa ao orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado para a Comunicação Social e a Secretaria de Estado do Comércio e Indústria?

Não havendo, está fechado este órgão.

Passemos de imediato ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, queria cumprimentar Sua Excelência a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Este Governo e esta maioria sempre defendeu a diáspora. E eu, na leitura que faço, nas Grandes Opções do Plano, não vejo, pelo menos na parte do Ministério encarregue dos assuntos das comunidades, uma referência à diáspora, a não ser o que está escrito: «*Consiste em facilitar a emissão dos documentos consulares, representação diplomática, de forma a responder com maior celeridade às necessidades da comunidade residente na diáspora.*»

Isto é apenas do ponto de vista de documentação e facilitação, etc., mas do ponto de vista de uma relação com a comunidade, daquilo que deve ser o cordão umbilical entre o Governo central, ou o Estado, ou os que estão cá e os que estão lá, não se vê nenhuma referência, nas Grandes Opções do Plano, nem tão pouco no Orçamento Geral do Estado, ao que se pode fazer com as nossas comunidades. Só se vê requalificação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aquisição de viaturas para os serviços consulares, etc., etc. E eu gostaria de obter da parte da Sra. Ministra, em primeiro lugar, um esclarecimento, ou se a diáspora foi esquecida, ou se a comunidade em si foi esquecida. Mas não há referência, se é que há, gostaria que me remetesse então em que parte está.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de obter esclarecimento sobre uma verba que está destinada à reabilitação do edifício da Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em Lisboa. Nós temos aqui várias reabilitações nas cidades de outros países, como Bruxelas e Libreville, mas para quem conhece a nossa Embaixada, na Rua 5 de Outubro, a não ser que seja aquele outro edifício no Restelo. Por isso, aqui deveria estar explícito, não está. Só em Lisboa, não sabemos de que edifício se trata.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais questões? Apenas essas duas questões?

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro ou quem indicar.

Tem a palavra a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades** (Edite Ten Jua): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, por ser a minha primeira intervenção, aproveito também pra desejar um bom ano a todos e a todas.

Sr. Deputado Abnildo, eu penso que a sua questão é extremamente judicosa. Nunca poderíamos esquecer a diáspora, de maneira alguma! Eu própria sou um quadro da diáspora, comprehendo os desafios que a diáspora tem.

No âmbito das acções e actividades do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a questão da comunidade é um aspecto que para nós é extremamente importante. Falou-se talvez da questão da documentação, mas isso tem um peso muito grande, para quem está fora, que tem a dificuldades de ter um passaporte em tempo, de ter um bilhete de identidade em tempo, uma certidão. Eu considero isso um aspecto extremamente importante. E se nós olharmos com alguma acuidade para o nosso orçamento, temos aqui uma rubrica, «Sistema Integrado dos Serviços Consulares». Esta rubrica está incluída num programa que é Cidadania para Todos. É um projecto em conjunto com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Defesa e da Ordem Interna, que visa o acesso aos dados dos nossos cidadãos, para que possamos o mais rapidamente emitir esses documentos. Portanto, há efectivamente essa preocupação.

Quando me falava também da questão da diáspora, se permite dizer, espero não sair muito do âmbito, mas mais uma vez, porque é importante a questão da diáspora, não o pusemos, naturalmente, no orçamento, porque estamos em momento de pandemia e já há muitos anos que, infelizmente, não se tem

feito o fórum da diáspora, mas os meios virtuais nos permitirão, no decorrer deste ano também, conseguir fazer esta ponte com as nossas comunidades.

Eu não gostaria de entrar em muitos mais detalhes, talvez esperaria as perguntas que nos serão colocadas. Para já, falaria dessa questão a nível da documentação, que eu penso que é um aspecto extremamente importante.

Obrigada.

Uma voz: — A questão do Deputado Arlindo Ramos?

A Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades: — Muito obrigada. Sim, sim. O Deputado Arlindo Ramos também colocou a questão relativamente à rubrica no nosso orçamento sobre as obras, em que só mencionava Lisboa, e eu gostaria efectivamente de esclarecer que se trata da residência do Embaixador, que fica na zona do Restelo, edifício que é nosso e que está em avançado estado de degradação, e que nós entendemos que seria de todo conveniente reabilitá-lo, em vez de estarmos a pagar renda.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Há uma questão, apenas para elucidar às Sras. e aos Srs. Deputados que o Orçamento compõe-se por Programa de Investimento Público e Despesas Correntes. Aquilo que não vimos ou que não está devidamente observado no PIP, recorre-se às Despesas Correntes, antes de fazer a intervenção e dizer que não está, para não cairmos no ridículo.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Eu segui atentamente a intervenção de Sua Excelência a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

De facto, o Governo dá uma atenção no que concerne ao mecanismo de facilitação e em termos de documentação e parceria com outros ministérios, certamente que, quanto ao apoio social, sobretudo para os nossos doentes, isso está no Sector da Saúde, com as transferências, obviamente, mas a minha preocupação é, perceber a diáspora ou as nossas comunidades, é apenas cingi-las à realização do fórum da diáspora? Penso que é muito pouco. Por quê? Os mecanismos aqui, não estou a dizer que não é nada, é alguma coisa, mas é muito pouco. Não deve ser reduzido apenas à realização de um evento como este.

Eu vou um pouco mais além. Esses mecanismos todos criados e que devem ser criados, é que nós temos uma tendência, somos arquipélago e estamos a ter uma tendência crescente de pessoas a emigrarem. Hoje, não sei qual é a estatística, mas muita gente fala de 30%, um terço da população fora do País. A tendência é crescente e o acompanhamento das nossas comunidades lá onde estão, o entrosamento para que não percam o fio condutor daquilo que é a nossa cultura, etc. etc., é necessário que as nossas Embaixadas, os nossos Serviços Consulares, particularmente, tenham uma relação e um apoio também às organizações e associações, nas nossas comunidades.

O meu alcance é esse. Nós, por exemplo, em Libreville, que eu conheço também um pouco bem, há uma associação que dá muito apoio aos nossos residentes, sobretudo em questão de educação e saúde. Portanto, é necessário o Governo ver o enquadramento, por isso, quando fizemos a proposta de transição do apoio social do Gabinete do Primeiro-Ministro, que a nossa bancada pediu que fosse reduzido 50%, outros 50% seriam atribuídos às comunidades, de forma a apoiar as associações das nossas comunidades, como nós também apoiamos, a nível interno, as associações juvenis, as associações desportivas, etc., etc. Isso é acompanhar, isso é dizer aos sãotomenses «vocês estão distantes, mas estão perto de nós».

Essa é minha proposta, muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Apenas uma clarificação, nós não submetemos a proposta, como foi dito agora pelo Sr. Líder Parlamentar, à votação. A proposta que apresentou foi pôr 50% desta verba para Encargos Gerais do Estado. Não especificou que seria para a diáspora. Que fique bem claro. Não é nada disto!

Mais intervenções?

Não há nenhuma proposta concreta.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Não há?

O Sr. Presidente: — A sua proposta foi chumbada!

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Não, 50% foi chumbada. Agora, refiro-me a outros 50% para dotar.

O Sr. Presidente: — 50% para dotar onde? Está a propor corte, para dotar onde?

Tem a palavra.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, a proposta dos Deputados da minha bancada foi no sentido de cortar 50% do apoio social, que está adstrito ao Gabinete de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, para Encargos Gerais do Estado. Foi chumbada, quer dizer que restam mais 50%.

O Sr. **Presidente**: — Não! Se chumbou, chumbou!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Nós fizemos a proposta de 50%! Agora, o nosso entendimento é que a nossa proposta de 50% chumbou. Quer dizer que o dinheiro permanece intacto! Quer dizer que o montante permanece intacto. Essa é a lógica. Então, desse montante intacto, nós estamos a propor 50% para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no sector das Comunidades, para apoiar as associações nas nossas comunidades.

Essa é a nossa proposta.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — É que nós já não estamos nesse sector. Já passámos o Gabinete de Primeiro-Ministro, já se aprovou.

Uma voz ADI: — Pode-se retroceder!

O Sr. **Presidente**: — Não, não. Podia fazer a proposta nessa lógica. Fazer a proposta para depois adoptar.

Uma voz ADI: — Voltamos ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Não, não. Já não podemos regressar ao Gabinete do Primeiro-Ministro para ir cortar. Já não podemos! Já fechamos esse Gabinete! Esse órgão está fechado! Portanto, essa proposta não tem a sua lógica, para avançar para a votação.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, de acordo com o Regimento, nós podemos reapreciar, porque não está fechado o debate, ainda decorre o debate, nós podemos reapreciar a proposta. A nossa proposta então é de reapreciarmos esse montante que foi aprovado.

O Sr. **Presidente**: — Então, de acordo com o Regimento, vamos submeter à reapreciação, em primeiro lugar, à votação. É assim que diz o Regimento. Portanto, quais são os Srs. Deputados que estão de acordo que se reaprecie?

Murmúrios do ADI.

É uma proposta! Quais são os Srs. Deputados que votam a favor da reapreciação do Orçamento dotado no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro?

Submetida à votação, foi reprovada com 23 votos a favor, 28 contra e 3 abstenções.

Portanto, já não se vai reapreciar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI, mas não é mais sobre essa questão! Estamos no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é que eu não posso dizer que eu também sou um filho da diáspora, mas passei uma boa parte da minha vida fora do País, e eu sei como é quando estamos fora do País e como é importante mantermos a nossa identidade cultural. Porque cada sãotomense fora do País é um embaixador não nomeado.

Por isso é que eu insisto. Já que a proposta de reapreciação foi chumbada, já que não há disponibilidade, até da parte de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, de poder atribuir o valor do apoio social do seu Gabinete à diáspora, eu tenho mais uma contraproposta, ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Ministro das Finanças. Que nos indiquem, mas é necessário referenciar, um valor, nem que saia dos Encargos Gerais do Estado, para as nossas comunidades. E eu gostaria de ouvir Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, que também defende a diáspora.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Temos que nos cingir ao Regimento. E o que diz o Regimento é que os Deputados apresentam propostas de eliminação, propostas de substituição, proposta de emenda, texto discutido com as alterações eventualmente já aprovadas, quando haja propostas de aditamento no texto votado. Portanto, o Sr. Deputado não fez nenhuma proposta. O que disse...

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Ah, não fiz?

O Sr. Presidente: — Não! De acordo com o Regimento, não! Por quê? Tem que fazer proposta concreta!

Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — O Sr. Presidente está a entrar na lógica do debate, o que é desnecessário. Eu já disse que discutirmos o Regimento neste momento é desnecessário. O Sr. Presidente tem toda a soberania e poderes para poder conduzir os debates e aconselhar os Deputados. Há uma proposta concreta, que não está no documento, nas Grandes Opções não se vê. Esse documento é exibido depois, e a nossa diáspora quer ver que tem uma atenção do Governo, quanto à diáspora, para além das facilidades documentais.

E nós estamos a propor que no orçamento haja uma rubrica. Isto é uma proposta! Se Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia não encara isso como proposta, então, eu me retiro. Mas é uma proposta. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro disse que o Ministro das Finanças está a encontrar uma forma para enquadrar essa proposta, porque a proposta que nós fizemos, para ir buscar do apoio social do Gabinete do Primeiro-Ministro foi chumbada. Então, é necessário encontrar uma forma. Se o Governo, na sua soberania, entender que não, tudo bem!

A maioria então decide, mas a proposta está feita, e cria-se rubrica. Na discussão na especialidade, crie-se. É uma proposta! Agora, o Sr. Presidente dizer que não é proposta, não, Sr. Presidente, eu penso, com o devido respeito, que o senhor está a exagerar!

O Sr. Presidente: — Eu sempre exagerei para o Sr. Deputado. O Sr. Deputado não fez nenhuma proposta concreta. Proposta concreta é dizer: retirar a verba a, b, c, ou d, dotar no local x, com a descrição a, b, ou c. Isso é que é proposta concreta! Não é vir deixar no ar que se arranje uma verba para apoiar a associação da diáspora. É proposta concreta? Eu não entendo isso como proposta concreta.

Uma voz: — Isso é que é propaganda!

O Sr. Presidente: — Isso é propaganda e não uma proposta concreta! Estou a ser muito claro!

Uma voz: — É opinião do Governo?

O Sr. Presidente: — Não é o Governo! Eu é que estou a conduzir o trabalho!

Uma voz: — O Governo é que disse!

O Sr. Presidente: — O Governo quer facilitar! Quando o Governo diz que está à procura, esta a facilitar, porque, na verdade, o senhor não fez nenhuma proposta concreta.

Murmúrios do ADI.

Não fez!

Bom, enquanto o Governo procura, vamos adiantar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu queria, no fundo, no âmbito daquilo que têm sido as propagandas, chamar atenção para um aspecto.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — O tempo não conta?

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Conta o tempo, rapaz, se faz favor!

Murmúrios.

Pois, como eu dizia, enquanto o Governo faz lá a sua análise, eu queria alertar para o seguinte: é importante, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Finanças, que, antes de se alocar uma verba com determinado destino, nesse caso, apoio aos grupos culturais, o que é uma coisa boa, eu creio que era importante que se conhecesse, primeiramente, aquilo que são as aspirações daquelas pessoas.

Daí, para enaltecer a ideia do fórum que a Sra. Ministra aqui disse. Porque através do fórum, há um espaço próprio para nós ouvirmos as pessoas, conhecermos as suas aspirações e, a partir daí, fazermos as contas, para quantificar devidamente e ter um orçamento, ou ter um valor concreto. Fora desse âmbito, eu creio que nós queremos fazer política, estamos na Casa da política, mas podemos correr o risco de inscrever algo que depois não terá eficiência, em termos da sua própria programação.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

Não há mais inscritos, não há uma proposta concreta.

Ainda sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Sr. Deputado Carlos Correia?

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, não é exactamente sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas era para fazer um reparo à Mesa. Penso que a condução...

O Sr. Presidente: — Só um bocado. Para fazer reparo à Mesa, cite o Regimento. Se for para entrar no debate sobre os Negócios Estrangeiros, tudo bem.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Não, eu vou...

O Sr. Presidente: — Mas, não vale a pena começar, porque eu corto! Se começar a fazer reparo à Mesa, eu...

O Sr. Carlos Correia (ADI): — É para ajudar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Não, não, cite o Regimento.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Artigo 99º, ponto 2, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não se enquadra. Diga qual é a norma que estou a infringir.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — A norma é que o Sr. Presidente, quando disse que...

O Sr. Presidente: — Qual é a norma que estou a infringir?

O Sr. Carlos Correia (ADI): — ...que no Orçamento, quando nós já ultrapassámos um determinado sector, já não se pode... Pode-se, porque na lei do Orçamento há a questão de reafectação de verbas. Pode-se voltar atrás, sim senhor!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado não está a ser coerente. Se nós reappreciámos aqui, para voltar, a plenária é soberana, tem que dizer sim. Quando diz que não, não se faz.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Aí o Sr. Presidente está a pautar simplesmente pelo Regimento. E a Lei do Orçamento?

O Sr. Presidente: — Ouça, o que nos rege aqui, a norma do trabalho, é o Regimento. Não há mais!

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Quer dizer, o Sr. Presidente não quer que eu dê alguns conselhos à Mesa?

O Sr. Presidente: — Muito obrigado. Obrigado pelo seu conselho, pode regressar ao seu lugar. Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Isso é ditadura ou dita mole?

O Sr. Presidente: — É o Regimento.

O Sr. Abnaldo d' Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, eu não quero sair daqui triste e não tenho por hábito tecer considerações sobre a minha pessoa. Como se diz, «*hóme na cá gabá hóme fá. Deça nguê gabé.*» Eu teria muitos elementos para dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O senhor está a falar sobre o Orçamento?

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — É o Orçamento. Eu estou triste! Estou triste, porque fiz uma proposta concreta e o Presidente da Assembleia está a dizer que eu não fiz uma proposta concreta. Eu quero ouvir, Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: — Leia.

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — Desculpa-me, Sr. Presidente. Ok, corta!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, leia, por favor, a sua proposta, para a Mesa tomar nota.

Tem a palavra, para ler a sua proposta concreta.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Proposta concreta. No Orçamento ou nas GOP?

O Sr. **Presidente**: — Aquilo que o senhor propôs concretamente.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Para as Grandes Opções do Plano, sem escrever, o Ministério dos Negócios Estrangeiros atribui uma atenção especial às nossas comunidades. É uma visão. Para o Orçamento,...

Uma voz: — É transferida para que rubrica?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Para criar uma rubrica, terão que ser os técnicos das Finanças, obviamente. Eu não posso dar um número à rúbrica. Então, proponho 1 milhão de dobras, pelo menos. Não é muito. Agora, o Ministro das Finanças poderá ver nos Encargos Gerais do Estado outra forma.

É a minha proposta, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sai de onde?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É para apoio às comunidades, sai dos Encargos Gerais do Estado. Obrigado, é uma proposta.

O Sr. **Presidente**: — Está feita uma proposta concreta, vamos submete-la à votação.

Submetida à votação, foi reprovada com 23 votos a favor, 28 contra e 3 abstenções.

Murmúrios do ADI.

Com isso não se ganha votos! Isso é truque, é populismo! Não se ganha votos, porque é populismo. É populismo! É assim que se faz proposta para as comunidades? Eles próprios ficam chateados. Uma vergonha! Isso é uma vergonha!

Murmúrios gerais.

Nós estamos a fazer fiasco! As comunidades também têm pessoas pensantes, e muito inteligentes, para perceber o que está a passar aqui.

Tem a palavra a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades**: — Sr. Presidente, eu mencionei aqui aquilo que estava efectivamente dentro das linhas do que é o Orçamento. Eu penso que nos foi solicitado que agíssemos, enfim, de acordo com essa disciplina. De qualquer das formas, eu gostaria de aqui dizer, porque temos a diáspora também a nos ouvir, que a diáspora não está esquecida. Todo o trabalho que é feito pelas representações diplomáticas no exterior está ao serviço da comunidade. Que os meios são parcos, nós todos sabemos.

Há outras medidas que são feitas, dentro daquilo que é a dinâmica do dia-a-dia, do trabalho das representações diplomáticas que convergem para o melhoramento da sua condição. Desde logo, dou um exemplo, se me permite, Sr. Presidente. Temos a decorrer, neste momento, em Angola, um processo de legalização, para uma comunidade com vários elementos, estamos a falar de uma comunidade acima de 24 000. Um processo de legalização extraordinária é algo que é importante. Claro que eu concordo também, não posso deixar de o dizer, com o que disse o Deputado Abnildo, no sentido que seria ideal que tivéssemos mais linhas, mais rubricas no nosso Orçamento, mas a questão da diáspora é muito mais estrutural, e eu penso que medidas como essa do processo de legalização é algo fundamental.

A nível do nosso Ministério, e não coloquei aqui justamente porque tenho plena consciência que em tempo de pandemia, e como foi dito aqui várias vezes, as verbas devem ser, em primeira linha, canalizadas para a saúde. O que estamos a tentar fazer, do ponto de vista do Ministério, é utilizar os meios que nós já temos para fazer algumas acções. E eu dou um exemplo. Nós vamos criar este ano o Gabinete da Diáspora, um gabinete que vai ficar afecto à estrutura já existente, que é a Direcção das Comunidades, cuja função primordial é dar exactamente resposta às aspirações da diáspora. E mais do que isso, a diáspora vai regressar. São Tomé e Príncipe tem de ser construído com os são-tomenses que estão fora do País. E tem que haver serviço, para quando eles chegarem saberem, eu cheguei, o que é que eu faço, como é que eu constituo uma empresa? Enfim, nós temos que ter esses serviços. Portanto, estamos a trabalhar.

Eu gostaria, e se calhar deixo também um repto para todos nós, quiçá no próximo ano, no nosso orçamento, poderíamos ter uma rubrica, com valores dessa natureza. Fica esse repto, porque também a

preocupação do Deputado é judiciosa, devo dizer. Mas para dizer, efectivamente, que há outras medidas, dentro daquilo que são as acções do Ministério, vocacionadas para a diáspora.

E já agora, se me permitem, os próprios acordos de mobilização, que nós temos estado a fazer, têm a ver com isso. Em cima da mesa, a questão de mobilidade tem sido algo que é extremamente importante. A nível da mobilidade e para a diáspora, sobretudo a diáspora que está em Portugal, muito preocupada com a questão da mobilidade, está em cima da mesa, a nível da CPLP. Nós temos estado a avançar e fazer mobilidade do ponto de vista bilateral, com outros países, como Cabo Verde, estamos a terminar com Moçambique, assinámos com Angola.

Pequenas medidas que facilitam, porque, de facto, quem está na diáspora, também quer receber os seus familiares, quer conviver com os seus amigos, quer interagir, quer vir de férias. Portanto, há outras medidas. Sem dúvida que eu reconheço também a *judicidade* daquilo que foi aqui proposto, mas gostaria de recordar que há outras medidas que estão a ser implementadas.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu queria fazer uma intervenção, não de Estado, mas fazer.

Primeiro para dizer e explicar o porquê que nós, ao analisarmos a proposta que foi feita na especialidade, fez-nos confusão propor 40 000 euros, para apoiar sessenta tal mil pessoas. No fundo, no fundo, senhoras e senhores, ainda bem que aqui é Assembleia, é espaço para fazer política, porque esse valor é insuficiente! Isso é demagogia pura! Para nós, tal como dissemos e vamos reforçar, subscrevemos a necessidade de uma atenção particular e especial à diáspora, sim, mas que seja algo concreto, Sr. Ministro das Finanças, com um valor que realmente justifique. Porque 40 000 euros para um horizonte de 60 a 65 000 pessoas, estamos mesmo a fazer política!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Bom, a proposta já foi chumbada, não se vai falar mais sobre ela.

Alguma questão ligada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros?

Uma voz: — Protesto.

O Sr. Presidente: — Protesto? Faça o seu protesto.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, eu quero protestar contra a intervenção do Deputado Líder Parlamentar da Coligação. Nós estamos num processo de Orçamento, ainda não terminou. O Grupo Parlamentar do ADI já encontrou 40 000 euros, havemos de encontrar mais 40, mais 50, mais 100. Era o mesmo processo que eu gostaria que nós fizéssemos para a Saúde. Entrámos 200 000 euros, chumbaram, havíamos de encontrar, até terminar o Orçamento.

É um erro a Mesa entender que quando se ultrapassa um sector já não se pode voltar atrás. Não! Há reafectações de verbas. Até terminar essa discussão, pode-se buscar verbas. Por enquanto, nós já encontrámos 40 000, mas vamos ainda, no decorrer da discussão, encontrar mais verbas, Sr. Deputado Danilson Cotú. Claro, 40 000 euros não é nada, mas também não são 60 000 sãotomenses na diáspora que irão solicitar apoio social! Não! Havemos de encontrar mais verbas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado quer contrapropor? Não.

Uma voz do ADI: — Protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Protesto? Leia o que diz o Regimento. Só uma intervenção. Leia o que diz o artigo 104º. Cada Grupo Parlamentar tem direito a uma única intervenção, para protestar, e já foi feita.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, à semelhança daquilo que eu disse, relativamente à saúde, *idem* para a diáspora. Eu não gostaria que nós fizéssemos política e politiquice com a diáspora. O povo de São Tomé e Príncipe é a parte residente no País e a outra parte contribui também para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Lá onde estiver um sãotomense, seja em que lugar for, é a nossa bandeira que esta içada. E tudo o que nós pudermos fazer, para o bem-estar e felicidade da diáspora, este Governo está a fazer, dentro das suas limitações, dos parcos recursos que existem, sobretudo num contexto muito especial. E nós sabemos que não temos uma diáspora rica, como acontece, por exemplo, em relação a

Cabo Verde, Canadá, Estados Unidos, Holanda. A nossa diáspora está em Angola, com os problemas que tem! A nossa diáspora está em Libreville, com todos os problemas sociais, agravados pela pandemia! A nossa diáspora está em Portugal, onde nós conhecemos a situação dos nossos doentes! Mensalmente, nós transferimos, ao nível do orçamento corrente, cerca de 40 000 euros, que nós sabemos que é insuficiente.

Agora, relativamente à verba de apoio social que existe, que já vem, nós não inventámos esta rubrica, e muitas vezes há ideia de que o Primeiro-Ministro manda em tudo isto, pode pegar no dinheiro como quiser. E não é o caso! Nós também cumprimos. O Gabinete do Primeiro-Ministro cumpre a Lei do SAFE. Portanto, cumpre precisamente aquilo que é decidido aqui ao nível da Assembleia Nacional. Mas ao nível social, há uma pressão e as Sras. e Srs. Deputados sabem perfeitamente disto. Quando eu recebo, por exemplo, no dia 1 de Junho, ou quando participo, não foi o caso do ano passado, por causa da pandemia, eu tenho que bater as portas, ir aos Encargos Gerais do Estado, com um mecanismo de desbloqueamento de verba muito mais complicado, sem falar de outros aspectos que foram aqui referenciados. Agora, será que esses 40 000 euros, aproximadamente, resolveriam todos os problemas gritantes e ingentes que a nossa diáspora tem? Nós precisamos de uma política muito mais estruturada. Eu próprio já pedi ao Ministério do Trabalho, no quadro deste alargamento da base daquilo que vamos disponibilizar às famílias vulneráveis, que está orçado em mais ou menos cerca de 8 milhões de dólares, para vermos com o parceiro a possibilidade de parte desta verba, além das famílias vulneráveis dentro do País, vermos também em que medidas poderemos apoiar parte da nossa diáspora. Mas é uma política que nós estamos a trabalhar neste sentido.

Relativamente à proposta que se fez aqui, de ir buscar nos Encargos Gerais do Estado, não é preciso. Os Encargos Gerais do Estado são precisamente para isto, portanto é no geral, e o Governo pode perfeitamente recorrer aos Encargos Gerais do Estado para apoiar alguns casos pontuais, sobretudo relativamente à Direcção das Comunidades, dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portanto, esta atenção particular diferenciada, e eu repeti ainda ontem, será dada à diáspora, que pode contar connosco.

É por isso que estávamos e estamos a trabalhar, no sentido de a diáspora também poder participar na votação em 2022, portanto, nas eleições legislativas, conforme a promessa que nós tínhamos feito.

Muito obrigado.

Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro. Estamos a analisar o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Segui atentamente Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e às vezes eu presto atenção em cada palavra. O Sr. Primeiro-Ministro está de facto preocupado com a diáspora, nós todos aqui estamos preocupados com a diáspora. A proposta de 1 milhão de dobras, equivalente a 40 000 euros, é uma proposta que estamos a fazer. É com muito tristeza que nós estamos a ser minimizados, quase que insultados. Como é que um líder parlamentar vem dizer que é demagogia fazer proposta de 40 000 euros? Se entendem que a proposta feita é pouca, quem está no Governo faz contra proposta. Isto é que é debate na especialidade. Existem propostas e contra propostas. Fizemos uma proposta, entendendo que é pouca, então o Líder Parlamentar da Coligação devia fazer uma contra proposta.

E outra coisa, ninguém disse que vai pegar 40 000 euros, dividir por 70 000 são-tomenses fora. Isso não existe. É mesmo como a verba adstrita ao Ministério da Juventude, por exemplo, eles têm um apoio para juventude. Quantos jovens temos? Qual é o número total de jovens que nós temos? Vamos pegar esse valor e dividir pelo número de jovens? Não! É apoio para actividades que possam ajudar os jovens na integração social, etc., etc., etc. É nesta perspectiva.

Por essa razão, se o entendimento do Governo é podermos encontrar nos Encargos Gerais do Estado, ok, o Governo explicou, é soberano, mas uma coisa é falar, outra coisa é fazer. O que nós estamos a dizer é que devia estar inscrito no Gabinete ou na Direcção das Comunidades, porque a intenção também conta. Muitas vezes nós falamos e não temos intenção. Quando está lá escrito, vamos dizer, «*não, houve uma intenção, há um esforço, é pouco sim, mas viram que era necessário colocar*». Nós todos sabemos que é um ínfimo um montante deste. Isto aqui não é propaganda nenhuma!

Ao fazer uma proposta de 40 000 euros, eu tenho a plena consciência de que esse dinheiro não vai ser dividido por cada são-tomense no estrangeiro, mas as nossas comunidades.

Eu quero aqui felicitar a intervenção de Sua Excelência a Ministra dos Negócios Estrangeiros. Teve uma resposta de Ministra de Estado. Explicou as coisas, e é assim que deve ser, e eu teria muito gosto em cada intervenção ver essa elevação, e fiquei esclarecido.

Agora, que é necessário dar atenção às comunidades, é. A questão do fórum é importante? É, mas nós precisamos ir um pouco mais além.

Muito obrigado, mas, Sr. Presidente, eu peço a vossa indulgência. O nosso Grupo Parlamentar não pode, um dia, ser tratado de cães, outro dia, porque não está a fazer, outro dia, porque não está a fazer propostas. Não, não, não. Fazemos propostas. Quem não estiver de acordo com a proposta, faça contra proposta! Põe-se a proposta à votação, chumbou ou passou. Isto é que é debate parlamentar. Mas do jeito como estamos a ser tratados, Sr. Presidente, assim também não!

Sr. Presidente: — O Presidente é que tem culpa disto?

Risos gerais.

Sinceramente!

Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, é importante, para ficar claro, eu gosto muito de fazer as pessoas reportarem ao passado, passado recentíssimo, quando o meu companheiro Líder do ADI disse, neste púlpito, «qual diáspora, qual quê?»

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Quando é que foi?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Disse no dia em que estávamos aqui a discutir a Lei Eleitoral. «Qual diáspora, qual quê?» Suas palavras estão gravadas. Disse «qual diáspora qual quê», porque a diáspora precisa de abcd. Enquanto nós dizíamos aqui que era determinante que a diáspora tivesse representação nesta Assembleia, como forma de serem porta-vozes das suas verdadeiras necessidades. Nós termos que parar de adivinhar o que é a necessidade do outro. Temos que ouvir o outro, para sabermos qual é a sua verdadeira necessidade.

Não me venha aqui com outras conversas, Sr. Líder, porque o senhor disse aqui «qual diáspora, qual quê?»

Eu quero é deixar claro aqui um aspecto. Vou insistir, pois para mim e para o meu Grupo Parlamentar é fundamental que a diáspora tenha espaço, tenha representação. O senhor votou contra isto, tudo bem. Agora, vem o senhor defender essa mesma diáspora que o senhor penalizou, quando podia ter aqui uma representação. Também está certo. Vamos, cada um na sua coerência. Meu caro, ninguém está contra! O que eu disse, sim, é que é demagogia, no meu entender, aqui eu já deixo o meu Grupo Parlamentar de fora. Para mim, Danilson Cotú, é demagogia vir aqui falar em 1 milhão de dobras, para apoio à diáspora. Dá-me a entender que, ao contrário daquilo que Vossa Excelênciia disse, não conhece a necessidade da diáspora. Se criasse condições para que essa diáspora estivesse aqui representada, Vossa Excelênciia saberia, porque ouviria, em primeira pessoa, aquilo que são as necessidades verdadeiras.

Vamos, Governo! A logica, se eu estiver errado, ok, o Governo é soberano. O que nós temos que encontrar é uma forma para, assim que se conseguir ultrapassar essa fase de pandemia, realizar o tão necessário fórum. Temos que os ouvir, a diáspora tem que ter voz, a diáspora tem que dizer aquilo que são as suas necessidades. Meus senhores, nós não podemos estar aqui a tentar adivinhar. 40 000 euros, para responder às necessidades duma diáspora em Libreville, na Guiné-Equatorial, em Cabo Verde, em Portugal, em França, no Reino Unido, em Angola...

Sr. Presidente, meus senhores, vamos ganhar tempo!

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Eu penso que amanhã vamos ter que distribuir o tempo.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Kêi, amanhã?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O tempo está a contar.

O Sr. **Presidente**: — Não, não está a contar.

Como é que eu controlo o tempo? Eu tenho que estar a fazer isso?

Risos e murmurários.

O Sr. **Presidente**: — É inteiramente impossível, pelo tempo que os senhores já gastaram, terem ainda este tempo. É impossível! Portanto, não está a contar. Se está a contar, está muito muito mal contado.

Risos e murmurários do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Muito mal, não há dúvida, toda gente tem consciência disso. Desta maneira, a divagar como estamos a divagar, com discursos políticos, nalguns casos descontextualizados, vamos ficar aqui até às 18 horas.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Oh!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Reacção, artigo 103º.

O Sr. Presidente: — Reacção? Houve ofensa à honra ou desconsiderações aqui? Isso não consta. Vá para contraproposta! Dou-lhe a palavra noutro artigo! Neste, não encaixa. Vá para o 104.^º

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sim, sim. Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, eu tenho todo respeito e consideração pelo Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Quando tive a minha intervenção, eu fiz uma proposta e reitero este posicionamento. Nós estamos num debate na especialidade, até então o Líder Parlamentar da Coligação não fez nenhuma proposta. Se não entender que pode fazer proposta, então fazia contra proposta, atendendo à minha. Agora, quando vem referir-se à minha intervenção da sessão passada, quando estivemos na votação do pacote eleitoral, eu tive um posicionamento. Aliás, não foi este, foi na última reunião, em que eu falava da questão da saúde, e usei a expressão, sim, «*qual diáspora, qual quê*», mas o Sr. Deputado falou descontextualizado. Era necessário contextualizar esta expressão.

O que eu disse aqui é, quando nós invocamos a diáspora, só estamos a figurar a possibilidade boa de votar. Mas para a diáspora, para além disso, é criar mecanismo para que os nossos residentes nos estrangeiros possam transferir as suas poupanças. Isso é pensar na diáspora. A nossa diáspora quer, quando vêm passar férias, ter uma boa saúde. Isso é pensar na diáspora. A nossa diáspora quer uma segurança jurídica, quando compra um terreno, para que não seja um terreno comprado por 4 ou 5 pessoas.

Issa foi a minha intervenção. Falar e falar da diáspora, foi por isso que eu disse «*qual diáspora qual quê*». Porque não se vê medida de política concreta.

Eu gostaria que o senhor falasse, enquadrando a minha intervenção.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Vamos avançar!

Eu acho que todos os Deputados estão livres de fazer propostas e contra propostas, mas uma coisa é certa, quando se vota a favor de um orçamento, não há necessidade de fazer muitas propostas, ou não fazer mesmo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

Murmúrios do ADI.

A Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, rapidamente, apenas para dizer que estamos a esgotar todo o tempo só com um Ministério, com coisas que não sei se justificam estarmos aqui todo esse tempo a discutir. Mas há uma verdade, está-se aqui a falar muito sobre diáspora, comunidade, e agora fica claro que era bom que a diáspora tivesse uma representação aqui na Assembleia, para defender os seus interesses.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Barros.

Como sabe, nós estamos a discutir uma proposta que já foi chumbada, porque não se abriu para a reapreciação.

Mais alguma intervenção sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

Murmúrios.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, vamos ultrapassar!

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Não há mais intervenções sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, não há nenhuma alteração ao orçamento proposto, portanto, está fechado o Ministério dos Negócios Estrangeiros, passemos ao Ministério da Defesa e Ordem Interna. Intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, sugeri uma proposta sobre a questão que foi levantada pelo Deputado António Barros, na sessão passada, em relação ao problema de carro de bombeiro para a Região Autónoma do Príncipe. Portanto, como não está neste orçamento qualquer verba destinada a este fim, eu gostaria de saber do Governo, já que o Primeiro-Ministro, na sessão anterior, havia concordado com essa sugestão do Deputado António Barros.

Entretanto, eu tenho outra questão que gostaria de ouvir do Sr. Ministro da Defesa, é sobre a questão da Região Autónoma do Príncipe, a construção do edifício do Comando Regional do Príncipe. Sr. Ministro, nós sabemos a complexidade que o actual edifício ou antigo edifício da Polícia tem em relação à sua recuperação ou reabilitação. Mas nós sabemos também da importância que aquele edifício tem, por causa da sua situação dentro da cidade de Santo António. Por isso, seria bom esse edifício ser reabilitado, adaptado a outras circunstâncias, por exemplo, para o funcionamento da Polícia Judiciária, porque anexo a este edifício há algumas celas que também podiam servir de cadeias ou celas para os malfeiteiros, entretanto, a verba que aparece aqui atribuída para a construção do edifício do Comando Regional do Príncipe é de 2.650 milhões de dobras.

Quer dizer, este valor nem chega para reabilitar o actual edifício. Por isso, eu tenho uma proposta. Eu vi no Ministério da Justiça construção/installação da Polícia Judiciária na Região Autónoma do Príncipe, 2.5, depois há outra rubrica que diz «construção de raiz de novo estabelecimento prisional na Região Autónoma do Príncipe, 2 milhões de dobras». Quer dizer, 2.5 milhões de dobras para o edifício da Polícia Judiciária, 2 milhões de dobras para uma cadeia e 2.650 milhões para construção do edifício do Comando Regional do Príncipe. Por isso, a minha sugestão seria concentrar-se essas verbas todas no Ministério da Defesa, na rubrica «construção do edifício do Comando Regional do Príncipe». Se nós pegarmos naquele edifício, realmente construí-lo e reabilitá-lo com as celas que são adjacentes ao próprio edifício, resolveremos o problema, tanto da Polícia Judiciária, como das celas para prisão. Por isso, é uma proposta que eu faço, seria um valor superior, cerca de 6 ou 7 milhões de dobras, daria minimamente para resolvemos esse problema.

Esta é uma primeira proposta.

Outra proposta, Sr. Ministro da Defesa, eu gostaria de saber: nós temos um problema de compra e aquisição de fardamentos para as Forças Armadas, e com o valor que aparece aqui para isto, sinceramente, vamos continuar a ter o problema de fardamento. Por isso, quando eu falei da construção do armazém, disse que diria para onde iria reafectar essa verba. Agora, já ultrapassamos, não posso reappreciar mais aquela verba, porque foi chumbada, sim senhor, mas com esse valor para a compra de fardamentos nós vamos continuar a ter problemas.

Quando se fala de fardamentos para as Forças Armadas, é para saber que são para o Exército, para a Guarda Costeira, e Dbs. 3.650.000.00, sinceramente, eu não sei se vamos resolver esse problema, porque é um problema constante das Forças Armadas, a aquisição de fardamentos. Por isso é que fomos recebendo donativos de fardamentos e temos diferentes tipos de fardamentos. Era bom tentarmos fazer as coisas como devem ser.

Sr. Ministro da Defesa, é a minha opinião, é a minha proposta, e faço-a com o intuito de ajudar e não de prejudicar.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, eu gostava de obter algumas sugestões a nível de transferências de verba, mas antes eu gostava de ouvir o Sr. Ministro da Defesa, em relação ao estado dos navios patrulhas que estão na Região Autónoma do Príncipe. Eu tenho aqui algumas sugestões, mas não sei qual é a ideia do Ministério do Sr. Ministro. Então, posteriormente, farei intervenções neste sentido.

Também em relação aos fardamentos, gostava que o Sr. Ministro nos explicasse. Eu tenho visto sempre na comunicação social ofertas de fardamentos. Pelo que eu sei, se calhar é uma forma ignorante, pensava que nós temos tido sempre ofertas. Por quê está verba para aquisição?

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Correia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. Joaquim Salvador (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente de falar das Grandes Opções do Plano, na página 44, no capítulo 4.1, cujo título é «modernização e adequação das Forças Armadas». No penúltimo parágrafo, diz: «...o normal funcionamento das instituições, as liberdades e a protecção do património público e dos cidadãos.» Digo isto porque quem fornece a liberdade e protecção são as forças que nós conhecemos.

O que está espelhado aqui é bonito, mas na verdade não existe. A protecção dos cidadãos, é claro que não existe. Há dias, nós vivemos um grande episódio, em que civis e militares saíram à rua, com um escândalo terrível, envolvendo também técnicos da Saúde. Porque estamos aqui a falar no Orçamento Geral do Estado na especialidade, gostaria de dizer ao Sr. Ministro que até o portão central do Hospital foi vandalizado.

Uma voz do ADI: — Eles sabem disso?

O Sr. Joaquim Salvador (ADI): — Ora bem, neste aspecto, seria bom, já vem a sugestão, que pudéssemos olhar também para a formação e capacitação das nossas forças. Porque o que aconteceu, no passado Sábado, foi de facto uma luta que já se assistiu, por exemplo, em Ruanda, quando houve homicídios. Civis e militares armados, fazendo fogo, inclusive, impedindo mesmo os bons trabalhos dos técnicos, os doentes acamados tiveram que se pôr em fuga. Isto é de lamentar!

Nesta óptica, eu gostaria de passar à proposta. Eu não vejo a página, mas estamos a falar de investimento público. Na rubrica 1042, temos uma verba para a reabilitação do edifício e construção do Comando dos Bombeiros. Nós sabemos qual é o papel dos Bombeiros no País, e eles passam por muitas dificuldades. Os Bombeiros respondem pela vida de todos. Se os elementos dos Bombeiros não forem de facto tratados como tal, não sei o que esperamos deles. Agora, nós vimos aqui apenas 950 000 dobras. Eu penso que é um número irrisório e não dará qualquer resposta àquilo que tiverem que fazer.

Por isso, eu vi a necessidade também de podermos olhar para a rubrica 6311, que fala da patrulha conjunta. Eu penso que o valor desta rubrica, 750 000, poderia ser afectado à rubrica dos Bombeiros, para poderem sentir-se um pouco mais confortáveis. Está é a minha proposta, pois, no meu entender, estamos a falar de protecção, não só de edifícios, mas de seres humanos. Portanto, percebe-se o alcance daquilo que eu quero aqui citar. O Sr. Ministro está aqui e sabe.

Podemos falar apenas de saúde, mas sem a protecção civil, sem uma força adequada e com condições, não poderão estar à altura daquilo que vemos aqui. Estamos todos os dias a ouvir de incêndios por aqui e por lá. E hoje já temos o exército texa em São Tomé e Príncipe, em que pessoas fazem uso de armas do Estado e saem à rua para poder caçar os outros. O cenário que vivemos no Sábado passado foi um absurdo, Sr. Primeiro-Ministro. Não se pode fazer uso de armas do Estado, que estão atribuídas para um determinado serviço! Se calhar é porque não têm formação adequada. Por isso, a minha sugestão é mesmo atribuir esta verba para formação e capacitação dos elementos das Forças do Estado.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Joaquim Salvador.
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, há pouco o Sr. Deputado Arlindo Ramos fez uma proposta, não estou contra, mas gostaria de chamar atenção, porque a construção do Comando Regional e do Estabelecimento Prisional tem muito a ver com a própria exigência da sociedade na Região e dos serviços, para que tenhamos infra-estruturas próprias para fazer funcionar todo um sistema, desde a Polícia Judiciária, Polícia Nacional, Ministério Público, Tribunais, para que, quando houver as decisões dos Tribunais, que haja instituições que possam realmente, de acordo com as decisões, fazer as pessoas cumprirem a pena no Príncipe e não serem transferidas para São Tomé. Portanto, a possibilidade de haver um estabelecimento prisional é premente.

Não estou contra a unificação de verbas, mas que o estabelecimento não passe simplesmente pela existência de celas. Que haja um estabelecimento prisional, para que possamos pôr fim a que, quando as pessoas são condenadas, fiquem alguns dias na cela e depois não haja condições de transferência, etc., etc., e sejam postas em liberdade. Temos que ver esta questão, para que haja realmente condições físicas para que as pessoas cumpram a pena e sejam,....

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — *Falou fora do microfone.*

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — ... sim eu sei, mas pronto, a ideia do Governo é esta, pode-se depois, nos próximos orçamentos, completar a ideia de ter realmente no Príncipe um estabelecimento prisional, para fazer funcionar o sistema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCISTP): — Sr. Presidente, a preocupação que me traz aqui já havia colocado nos assuntos de interesse relevantes da sessão passada, é sobre os explosivos. Não sei qual é o sector que fiscaliza os explosivos que têm entrado no nosso país. Sei que está ligado também à área do Comércio. Os explosivos que são comercializados no nosso país, não digo que têm ceifado vidas, mas pelo menos têm amputado alguns órgãos dos nossos cidadãos, principalmente as mãos e há quem também diga outros lugares. Isso vem decorrendo há vários anos, os explosivos têm provocado alguns incidentes no seio da nossa população.

É nessa esteira que gostaria, porque não vi, em termos de fiscalização, no Ministério da Defesa e Ordem Interna, dos nossos portos e aeroportos, a questão da proibição da entrada de alguns instrumentos nocivos para a nossa sociedade.

É isto que eu gostaria de apresentar como preocupação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Há tempos atrás, assisti a um cenário, no hospital, estou outra vez a falar do hospital, infelizmente tenho estado a lidar com algumas situações. Um jovem teve uma crise, não sei se é a melhor forma, se é a mais correcta, não sou da área, mas o que assisti é que o agente da polícia, dos seguranças que ficam ali na porta, foi chamado para ajudar com o doente, para o transportar para a Psiquiatria. O que me chocou foi a forma como o tal agente tratou aquele doente. Com a sua bota, foi calcando o doente com os pés. Não sei se é a forma mais correcta, mas só sei dizer que me senti chocada. Ele não estava naquela situação porque queria. Não é possível um agente calcar um doente com a sua bota.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É da tropa ruandesa. São ruandeses que ficaram.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Por isso que entendi que é necessário capacitar os agentes, ou talvez criar um grupo de agentes que prestem serviço nos hospitais. Talvez ter esse tipo de formação. Que para os hospitais haja agentes preparados, capacitados para prestarem os seus serviços, porque não ficou bem e saí de lá chocada. Não venho para qui inventar, falo aquilo que vi, que assisti. Felizmente, atacou-se o tal agente e ele teve que se retirar, mas não ficou bem.

É preciso capricharmos, insistirmos na capacitação dos agentes. Algumas vezes é exibição da farda e muitas vezes também é por não saber e falta daquele humanismo em lidar com um doente nessa situação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Alda Ramos.

Temos já cinco intervenções, no concreto, temos dois ou três pedidos de esclarecimento, relativamente à questão dos explosivos, do agente da Polícia que agiu mal no hospital, pedido de esclarecimento sobre fardamentos ofertados e a questão de navios de patrulha que se encontram encalhados na Região Autónoma do Príncipe.

Quanto à proposta concretas ligadas ao orçamento, feita pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, há uma contraproposta do seu colega, Carlos Pinheiro. Portanto, vamos ouvir o Sr. Ministro e depois teremos que submeter a proposta à votação, já que há uma contraproposta do seu colega de Grupo Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa, para esclarecer as questões que foram aqui levantadas e pronunciar sobre algumas propostas também feitas pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, única proposta concreta. Há outra que é de 6311, de patrulha conjunta, transferir para formação, saber se efectivamente faz sentido, para depois submetermos à votação.

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna** (Óscar Sousa): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Companheiros Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Relativamente à viatura dos Bombeiros, preocupou-nos, quando chegamos ao sector, ver a dimensão dessa viatura e por cima o estado em que estava, praticamente inoperante. A questão passa-se naturalmente por a viatura regressar a São Tomé e, em função da disponibilidade que eventualmente venha a existir, podermos substituí-la, porque não há hipótese. Primeiro, a dimensão, é uma viatura com uma capacidade superior às vias de acesso na Região Autónoma do Príncipe, aliás, ficou bem explanado aqui, na intervenção de um deputado.

A construção de edifício para o Comando da Polícia, o concurso foi lançado, inclusive há um vencedor, mas tivemos que suspender, tendo em conta a localização. O terreno está ao lado do Cemitério, e dizemos sempre que a polícia, em relação ao poder instituído, tem um papel extremamente importante e a sua localização não permite, nem dignifica o que é a instituição Polícia Nacional.

Vamos encontrar a hipótese de deslocar até à Região Autónoma do Príncipe, brevemente, no sentido de podermos identificar um outro local, mas a verba está alocada, o contrato está rubricado e assinado, inclusive há uma empresa vencedora.

Quanto à aquisição de fardamentos, gostaria de dizer e poderíamos aqui aproveitar para dizer que no ano 2019 conseguimos e tem sido esta a nossa saída, os custos de manutenção dessa instituição são extremamente elevados, temos dívidas antigas na praça, de 2015, que nos estão a criar alguns problemas, na medida em que havia uma relação de confiança institucional. Adiantavam-nos e pagávamos ao fim de 1 ano, 6 meses ou coisa assim, mas atrasamos e algumas portas estão a fechar-se.

Por recurso ao apoio externo, conseguimos, em 2019, um lote de fardamentos para as Forças Armadas, mas continua a ser insuficiente. Por casualidade, este ano, em relação a outra instituição, nesse caso às Forças e Serviços de Segurança, fomos beneficiados com armamento, munições e fardas, mas direcionadas fundamentalmente para a Polícia Nacional.

A lancha é um problema sério de manutenção. Só a quantidade de combustível e peças que estamos a necessitar é um problema muito sério, não só a que está na Região Autónoma do Príncipe como outras duas que estão cá em São Tomé, que uma semana funcionam e são capazes estar 15 dias paralisadas, e vamos assim empurrando a nossa vida diariamente.

O que o Sr. Deputado Arlindo Ramos está a propor, em relação às obras, acho que devíamos manter o que está projectado, porque se levanta outro problema. O edifício de Paços de Conselho vai entrar em obras e temos um serviço que é o de Migração e Fronteira, novas ideias estão a surgir, não constam agora

neste orçamento, mas há uma perspectiva, a nível do Sr. Presidente do Governo Regional, de criarmos uma loja do cidadão, onde pudéssemos colocar alguns sectores importantes, é bem possível aí podermos ver a questão da Polícia Judiciária, a Polícia Nacional, criarmos uma obra que permitisse satisfazer vários serviços. Segundo as perspectivas que existem, muitos desses serviços não regressarão. Temos os Serviços de Migração e Fronteira, na Região Autónoma do Príncipe, tudo aponta que vamos ficar transitoriamente na residência, é um pequeno contencioso, que pertence à CST. É lá onde vai funcionar o Serviço de Migração e Fronteira.

Outros serviços como a Justiça, bom, é uma questão que ao longo deste ano iremos, naturalmente, apreciar.

Mas a reabilitação do edifício que é das Forças Armadas, onde está actualmente a Polícia Nacional ou a Judiciária, está muito degradado. Foi reabilitado nos anos 73, 74, mas foi uma reabilitação de fundo e depois são paredes antigas, só a largura do edifício e o material com que se construiu, era a base de pedra, cal, gesso, são problemas muitos sérios, em termos de podermos ter disponibilidade financeira para atender.

Está correcto, quando o Sr. Deputado faz alusão à adequação das Forças Armadas, as Forças de Defesa e Segurança, aos tempos modernos, é natural, leva tempo. Temos alguns problemas de carácter disciplinar. O senhor não controla o soldado, muitas vezes, quando ele está na sua passeata. O que aconteceu não foi no hospital, acabou no hospital, com aquilo que aconteceu. Lamentamos e, naturalmente, ao nível do Ministério da Defesa e Ordem Interna, apresentamos as nossas desculpas e junto à instituição competente iremos produzir um despacho conjunto, independentemente daquilo que as Forças Armadas estão a levar a cabo, no sentido de se poder apurar a veracidade dos factos, responsabilidade e em função disso chamar à responsabilidade a aqueles que eventualmente fizeram aquele desacato. Estive no hospital e, em certa medida, pude contribuir para que se tentasse acalmar os espíritos. Esses são aspectos que muitas vezes saem para além daquilo que está estabelecido nos regulamentos internos.

Patrulha conjunta. Esta verba tem que estar, vamos estar no ano das eleições, e não só, e a acção conjunta das Forças Armadas e da Polícia vai-se fazer sentir naturalmente, de modo que mexer nesta verba é um pouco mau.

Quanto aos explosivos, todos os explosivos que entram legalmente em São Tomé estão estabelecidos num regulamento que tem a Polícia Nacional, mas já vem dos anos 60. O que acontece é que muitas vezes esses explosivos entram da forma que senhores sabem perfeitamente e são negociados. Fizemos um esforço muito grande, houve muito pouco este ano, mas infelizmente algumas crianças tiveram problemas sérios, na medida em que perderam três dedos e outras acabaram por ter problemas na face. Mas a questão que se põe é que o material não entra legalmente em São Tomé. Quem deve ter a guarda dos explosivos é a Polícia Nacional, não nos muitos armazéns que acabam por trazer de forma clandestina a São Tomé e Príncipe. Mas naturalmente iremos tomar medidas e o apuramento de responsabilidades.

O cuidado de pacientes, nomeadamente doentes mentais. As pessoas têm que estar realmente preparadas para o fazer, mas o problema que se põe é que muitas vezes os Bombeiros, em colaboração com a Polícia, detêm e levam-nos para o Hospital, mas os serviços, passadas algumas horas, libertam esses indivíduos. Temos também que criar condições a nível da nossa Psiquiatria, que não está para poder acolher. Parecendo que não, o número de doentes mentais está a aumentar consideravelmente na nossa cidade e pode um dia tornar-se um perigo. Isso tem que ser uma acção conjunta entre aquele que acolhe, a Psiquiatria, os Serviços de Bombeiros e da Polícia, saber lidar com doentes mentais. Muitas vezes, ao lidar com doentes mentais, experiência própria, o indivíduo não pode fazer determinados movimentos, porque reagem logo.

Se isso aconteceu, penso que para a próxima vez ter-se-á que ter em atenção o procedimento de lidar ou relacionar com os pacientes que têm problemas de alteração mental.

Sobre a formação, dizer que está nas despesas correntes. A formação diminuiu um pouco devido ao período que estamos a atravessar. Anualmente, recebemos assessoria e enviamos vários quadros para a formação. Tem havido uma dinâmica muito grande nesse aspecto.

O Sr. Presidente: — Gostaria de saber se os esclarecimentos satisfazem as Sras. Deputadas Alda Ramos, Beatriz Azevedo, os Srs. Deputados Carlos Correia e Joaquim Salvador. Temos apenas uma proposta concreta e uma contraproposta concreta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, a minha intenção na proposta era de unificação dessas forças na Região Autónoma do Príncipe, mas com a explicação do Sr. Ministro retiro a minha proposta.

O Sr. Presidente: — A proposta está retirada, a contraproposta satisfeita, nesse caso só temos a preocupação da Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI): — Sr. Ministro, eu gostaria de perguntar se a Polícia Nacional não está no seu Ministério. Estando no seu Ministério, acho que deveria ser um trabalho de casa, de forma que essa

resposta pudesse ser mais precisa, porque se trata de segurança pública. Tratando-se de segurança pública, não só a Polícia Nacional deve ter em conta. Num Ministério onde o senhor é o pai, deve ser o pai a determinar as regras, como as coisas devem funcionar, porque tem acontecido problemas. Dizer que cabe à Polícia Nacional, como é que a Polícia Nacional vai fazer, se o senhor não a orienta?

Disse também que os explosivos não são de agora, têm entrado há vários anos e pelas vias, assim, com gestos. Essas vias com gestos é que devemos controlar, para que nelas não entrem coisas que prejudiquem a nossa sociedade.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Joaquim Salvador também não está satisfeito?
Tem a palavra.

O Sr. Joaquim Salvador (ADI): — Sr. Presidente, houve explicações que foram satisfatórias, mas com relação a formação que aqui citei, não estava a falar de uma formação científica que assistimos periodicamente aqui. Estou a falar mesmo de formação ética. Os nossos elementos das forças precisam de ser formados eticamente. O saber ser e estar é uma formação de base e muitas vezes sabemos como as pessoas vão para as forças, e são elas que saem para a praça com esses tipos de comportamento. Já vimos nas forças policiais, mesmo quando se pedia às pessoas para ficarem em casa e que havia restrição, vimos movimentação policial.

Há como lidar com essas coisas, quando o agente está formado, e não estar a perseguir e bater as pessoas, quando não é necessário.

É nesta base que eu quis convidar o Sr. Ministro, para pensar neste artigo que aqui citei, reafectação desta verba de patrulha conjunta, levar-lhe a ter mais atenção quanto a formação.

O Sr. Presidente: — Mantém a proposta?

O Sr. Joaquim Salvador (ADI): — Sim, sim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. Alda Ramos (ADI): — Sr. Presidente, é só para tentar esclarecer bem o Sr. Ministro, quando diz que é preciso haver uma parceria ou um entendimento com a Psiquiatria. A Psiquiatria, na minha intervenção, não é para aqui chamada, porque eu disse que o doente estava a ser transferido para a Psiquiatria, ou seja, estava no Banco de Urgência e houve a necessidade de ser levado à Psiquiatria. O que deve haver é um acordo entre o Ministério da Defesa e Ordem Interna e o Ministério da Saúde, para se acertar e saber de que tipo de formação ou capacitação as pessoas poderão ser beneficiadas, para verem que tipo de agente poderá prestar serviços nos hospitais ou na Saúde. Mesmo sendo agente policial ou de forças de segurança, também é preciso saber lidar com determinados doentes.

A minha crítica aqui é calcar o doente com os pés. Não posso permitir isso, porque não é nenhum animal. A culpa não é sua, não é nossa, também depende do carácter das pessoas, mas se deve caprichar na formação, na qualificação, de acordo com o sector onde o agente vai prestar o serviço.

Portanto, deve haver um acordo ou um entendimento entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Defesa e Ordem Interna, apenas isso. Formação mais formação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, é só uma contraproposta ao meu colega e companheiro de Bancada, Joaquim Salvador.

Vou argumentar a minha contraproposta, Sr. Presidente, se permitir, para não ir directo sem explicar a razão. Estamos num período de pandemia, com tendências para aumentar. Estamos num período em que toda gente reclama o combate à criminalidade, ao roubo, aos assaltos, e a única forma de combate são patrulhas, visíveis e não visíveis, e toda gente sabe disso.

750 000 dobras é um valor muito ínfimo para satisfazer realmente àquilo que o País precisa, àquilo que a população precisa e o Estado preciso, que é a estabilidade social. Por isso, a verba atribuída à patrulhada, em vez de ser retirada, devia ser aumentada.

O Sr. Presidente: — Portanto, contrapõe a retirada da verba e, tendo em conta a conjuntura, encontrar uma forma para a reforçar.

O Sr. Primeiro-Ministro vai analisar e fazer uma proposta concreta, para reforçar realmente esta verba, tendo em conta a conjuntura que estamos a viver.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna: — Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a intervenção do Sr. Deputado Arlindo Ramos, no fundo é um sector que nos toca a todos, pela experiência que ele tem, talvez muito mais do que eu. Os meus agradecimentos.

Em relação à Sra. Deputada Beatriz Azevedo, gostaria de dizer que não me pronunciei, porque os Deputados na Bancada me ajudaram, dizendo que entram de forma ilegal, clandestina. É isso que quis dizer. Mas gostaria de particularizar uma questão. Não sou pai da Polícia. Dirijo uma política do Governo em relação à Defesa e Segurança. Nestes casos particulares, a Polícia tem o seu Estatuto, o seu Regulamento, inclusive, em relação ao explosivo, é uma legislação dos anos 60, como disse, mas que ainda tem cabimento. Ninguém deve ter, sem o controlo da Polícia, qualquer tipo de explosivo. O caso das empresas de construção de estradas que usam muito explosivos, para obterem materiais, nesse caso pedra e outros mais, devem depositar ou, quando quiserem mexer no seu armazém, deve estar presente um agente ou mais da Polícia Nacional.

É isso que eu quis referir. Mas dizer que o material que entra pela via ilegal, de forma clandestina, temos que penalizar e naturalmente teremos que continuar, porque temos instrumentos legais que nos permitem fazer isso.

Não quero ir a pormenores, aceito o concelho da Sra. Deputada, naturalmente as pessoas não têm conhecimento, nem há instrumentos, porque um indivíduo, quando aborda um paciente mental, há um fato especial para poder neutralizar o indivíduo, e não dispomos disto, nem sei se existe ao nível do sector competente, que é a Psiquiatria, mas deve existir, não só na Polícia como a nível dos Bombeiros, um fato especial que se consegue diminuir aquilo que é a atitude, a reacção do doente mental.

Registo como um conselho e obrigado.

O mesmo faria em relação ao Sr. Deputado, registamos, no fundo é um sector em que toda gente tem sempre uma opinião, mas há um problema de ética, de educação cívica e patriótica que desapareceu muito no nosso currículo escolar. Hoje, o que se faz em relação à bandeira nacional? Se para ou não? Isto é um problema sério a nível da educação cívica que se tem que voltar a levar às escolas. Um indivíduo tem que saber, primeiro, os símbolos, aquilo que é o princípio da educação em relação aos pais, quer dizer, no meu tempo, nos anos 60, havia uma disciplina. Agora não, muita coisa tem estado a desaparecer e há aspectos que para nós são de educação familiar, educação de base.

O Sr. Presidente: — Só temos duas propostas, neste caso, uma de retirar a verba de patrulha para formação,...

O Sr. Joaquim Salvador (ADI): — Sr. Presidente, retiro a minha proposta.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Deputado Joaquim Salvador. Então, mantém-se a proposta única do Sr. Deputado Arlindo Ramos, para reforçar a verba de patrulha conjunta.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro depois irá nos informar como encontrar verba para esse reforço, que é de interesse de todos nós.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnaldo d'Oliveira.

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, com a intervenção de Sua Excelência o Sr. Ministro da Defesa, julguei que pudesse trazer resposta.

Não trago uma proposta concreta, mas venho reforçar as considerações apresentadas e as preocupações deste sector.

Sr. Primeiro-Ministro, a política de defesa e segurança, em qualquer país do mundo, sabemos que deve ser estratégica e tem custos elevadíssimos. Temos uma extensão marítima que é n vezes superior ao espaço terrestre e acredito que, no âmbito de cooperação, podemos trabalhar nesse sentido para não só garantir a soberania, porque defesa e segurança não se cinge apenas em termos de armamentos, disparar, mas também os nossos recursos marinhos devem ser protegidos. E não vi da parte de Sua Excelência o Sr. Ministro da Defesa, pelo menos esse aspecto, porque é uma riqueza que temos no vasto mar. Eu gostaria de ter uma consideração de Sua Excelência o Sr. Ministro da Defesa sobre este aspecto.

Claro que me sinto um tanto ou quanto ultrapassado, na minha intervenção sobre a proposta do Sr. Deputado Arlindo Ramos, do meu Grupo Parlamentar, no sentido de reforçar a patrulha, sim, mas fixo e enfatizo a necessidade de formação. Vimos aqui discriminados, no mapa adstrito ao sector competente, Defesa e Segurança, várias rubricas em termos de despesas correntes, 100 000, só a Polícia Nacional que tem um montante de 300 000. Outros têm 80 000, 60 e pouco mil para capacitação de pessoal da Procuradoria Militar, Tribunal Militar também 60 000, 40 000 para a Procuradoria, temos para o Gabinete de Estudo, questão de formação, cerca de 100 000.

Essas verbas, na minha opinião, são muito poucas para formação, mas há coisas, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Defesa, que podemos fazer com pouco dinheiro. Sei que a República não tem o suficiente para manter uma estrutura de defesa, como requer um Estado, tenho esta consciência, mas recordo-me, quando jovem, quando os agentes saíam do Quartel, com as botas todas limpas, o fardamento todo aprontado, dava gosto de ver a presença. E o Estado é Estado, com as suas instituições e todo o seu aparato. O aparato do estado deve transparecer a presença do Estado. É necessário, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Defesa, retomar a disciplina militar, dos agentes da Polícia e todas as forças paramilitares. Na minha opinião, há formações que podemos fazer que poderão não requerer muito recurso. O recurso é

importante, sim, mas estaríamos a falar, se calhar, da questão de especialização. Fala-se muito de formação e vê-se muito para questão de especialização das altas chefias, mas os soldados todos precisam.

E para terminar, não podemos continuar a ver agentes militares em conflitos com civis. Não é vocação militar. Agentes da Polícia também, mesmo aqueles que têm alguma dificuldade que no seu período fora de serviço vão fazer motoqueiro, seja militar, seja da Polícia, devem usar capacetes e quando forem abordados pela Polícia de Trânsito, devem cumprir. Muitas vezes alguns dizem, «não sabes quem sou eu?». Uso da força de arma. Sabe-se que o fardamento verde tem mais força que o azul, etc., etc. Sr. Ministro, aqui é uma questão de disciplina. É necessário resgatar isso, quer a nível das Forças Armadas, quer a nível da Polícia Nacional. Imploramos para que se faça tudo, em termos de formação, para que não seja repetitivo e recorrente o conflito entre agentes das Forças Armadas e civis.

O Sr. Presidente: — É preciso referir que não retiro a palavra a ninguém. Fizemos uma ronda de cinco Deputados, colocaram questões, o Sr. Ministro respondeu, tinha que voltar a perguntar aos Deputados se estavam satisfeitos, depois abrir uma nova ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de propor que fizéssemos uma reafectação. Há uma rubrica, tomado em consideração a experiência daquilo que é o âmbito da Defesa e Segurança nacional, o Sr. Deputado que também já foi ministro desta área, conhece e chamou-me atenção, em relação a esta verba de patrulha, 6311, então, eu gostaria de propor que há uma rubrica, que é 1042, código, e 3165, «reabilitação do Gabinete do Primeiro-Ministro». Que fosse transferida 50 ou até 70% desta verba, porque não se entende, para reforçar a rubrica de patrulha, porque está em causa a segurança de pessoas e bens da sociedade. Também digo que não entendo, porque sabemos que o anterior governo já tinha feito uma intervenção no Gabinete do Primeiro-Ministro e ainda há esta verba para gastar nesse sentido. Daí, esta é a minha proposta.

Gostaria também de perguntar ao Sr. Ministro da Defesa em que rubrica está a verba que está a suportar a criação de uma guarita perto da casa de um ex-Primeiro-Ministro. Isto também faz parte da política da Defesa, Sr. Ministro da Defesa?

Já agora, vou fugir um bocadinho, mas no âmbito da defesa e segurança, queria solicitar em que pé está a situação que aconteceu no Distrito de Lobata, ultimamente? Houve disparo de armas de fogo, há quem fale até em traumatização das crianças que estavam nas escolas. Gostaria que o Sr. Ministro nos passasse algumas informações, uma vez que estamos a falar de segurança e defesa interna, e é preciso estarmos informados.

A questão de guaritas perto da casa de um cidadão que já foi dirigente, também é importante saber onde está a verba que tem estado a suportar essa despesa, porque não faz sentido. Deve haver mais coisas importantes com que a defesa se deve preocupar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos a analisar o orçamento, depois dizem que a Mesa está a conduzir mal os trabalhos.

O Sr. Ministro tem uma proposta concreta para reforço da verba de patrulha.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Sr. Presidente, quanto à questão sobre a formação que o Deputado colocou e porque estamos perante a pandemia, os valores das formações nas despesas correntes não estão a especificar se são para o exterior. É para tudo. Dá efectivamente para cobrir essas despesas, por se tratar de valores que não são muitos altos.

Relativamente a patrulha, à semelhança daquilo que aconteceu durante o ano 2020, o valor que está aí é um valor normal, é pouco, mas é normal, mas face à pandemia, temos na rubrica «Encargos Gerais do Estado» e que é a mesma rubrica da Covid-19, um valor que fomos utilizando também no ano passado para a patrulha conjunta. E esse valor é significativo. Em função das solicitações e das necessidades, sai do valor dos Encargos Gerais do Estado. O montante aqui são 20 milhões, para despesas justamente que têm a ver com isso. É patrulha, bombeiros, todas essas despesas à volta disso, e o valor que está cá é significativo, são 20 milhões, justamente para cobrir o processo de patrulha nessa fase da pandemia, em que estamos. Tendo em conta o estado de calamidade, as Forças Armadas, a Polícia, Bombeiros, têm tratamentos dados por esta rubrica.

Esta na página 66 de 67 e o montante é de 20 milhões, última rubrica. As Forças Armadas, Bombeiros, sempre que for necessário, claro, em função das solicitações vão utilizando, por quê? Não sabemos como vai evoluir a pandemia. Podemos dizer que vamos colocar agora mais 1 milhão, mais 2 milhões, e no fundo não ser suficiente. Então, esse montante está reservado às despesas da Covid-19, justamente para salvaguardarmos esta situação.

O Sr. Presidente: — Com a intervenção do Sr. Ministro, parece haver uma reserva para atender às nossas preocupações.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna: — Há uma questão, dever-se-ia abrir um debate para a questão das Forças de Defesa e Segurança, na medida em que há algumas preocupações e contributos que são extremamente importantes. Víemos preparados para o debate na especialidade do Orçamento e quando o Sr. Deputado levanta a questão de guarita, guarita onde? Se está a referir-se à Praia das Conchas, o ex-Primeiro-Ministro tem um pequeno núcleo de pessoas que guardam aquilo que são as instalações na Praia das Conchas. Temos lá apenas um homem a que, nos termos da lei, ele tem direito.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Esclarecimento, é de Estado.

O Sr. Presidente: — Então, não existe nenhuma guarita aí?

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna: — Sr. Presidente, a guarita deve estar lá, nem conheço, não tem a ver connosco. Estou convencido de que, se ela está lá, há pessoas aqui nesta sala que são capazes de explicar muito melhor que eu, porque fazem parte do sistema de segurança do ex-Primeiro-Ministro.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Está esclarecido, finalmente não há nenhuma guarita, se houver, nada a ver com o Governo ou com o Estado são-tomense.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, volto mais por uma questão de pedido de esclarecimento a Sua Excelência o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna.

Sabemos que as nossas forças não dispõem de meios materiais adequados para dar resposta, quando estão a lidar com os civis e desarmados. No entanto, é um esforço que o Estado tem que fazer, no sentido de aquisição desses equipamentos. Até hoje não se conseguiu, não sei da parte do Governo, em termos de cooperação, o que está em vista, porque é necessário, não estou a falar a nível das Forças Armadas, mas a nível da Polícia Nacional e Protecção, termos meios adequados para lidar com os civis.

Muitas vezes vai-se fazer uma operação com arma de guerra, AK, as vezes uma questão simples de notificação, um caso até de violência doméstica, vê-se agentes da polícia a entrar em quintais com AK, a frente de crianças. Penso que estamos num processo evolutivo, e é necessário evitar. Mas nessa esteira, houve um incidente em Lobata, creio eu, num jardim-de-infância, em que houve disparo. Já que está cá o Sr. Ministro da Defesa, que nos desse mais explicações sobre como ficou resolvida essa situação e também, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, já que a Ministra da Educação não está cá, porque envolveu um ambiente escolar, de jardim de infância, todo o trauma que isto pode causar nas crianças, gostaria de ouvir de Vossa Excelência o que foi feito, em resposta a essa medida inadequada que aconteceu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, venho solicitar alguns esclarecimentos.

Nas GOP, no capítulo relativo à Segurança Pública e Protecção Civil, o Governo apresenta como uma das acções a prevenção e combate ao incêndio e outras calamidades, o que julgo extremamente importante, tendo em conta a quantidade de incêndios que a gente vem assistindo em várias localidades do País, deixando as famílias completamente desprotegidas.

No entanto, olhando para o orçamento do Ministério da Defesa e Ordem Interna, não vejo qualquer dotação orçamental para esse efeito. Vou à procura também nos Encargos Gerais do Estado, não está explícito. Queria obter um esclarecimento, se é que de facto se está a prever alguma dotação orçamental para este fim, tendo em conta que é algo com que nos confrontamos quase que periodicamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Ministro das Finanças, não gostaria de ir pelo caminho que indicou para a questão da patrulha, porque sabe a dificuldade que existe ou que os serviços de liquidação e pagamento põem, quando se trata de assuntos não vinculados a uma determinada verba. O que quero dizer é o seguinte: o reforço da patrulha é para controlarmos o índice de criminalidade, assaltos, roubos, que tem havido no País, porque a Polícia e as Forças Armadas, a patrulha, não é só um grupo de militares, são vários grupos.

Pode haver grupos que possam dedicar-se à questão de controlo das medidas da pandemia e pode haver grupos que tratem da questão de combate à criminalidade. Por isso que acho que a burocracia que existe, quando se trata de requisições de verbas que não estão inscritas claramente no orçamento, é impossível o Ministério da Defesa ter acesso a essas verbas. É por isso que as coisas têm que estar claras no Ministério da Defesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Sr. Deputado, eu entendi a preocupação, apesar de que desta vez conseguimos ser rápidos. Não podemos, neste caso, propor na rubrica que eu acabei de falar, retirarmos 2 milhões de dobras e reforçarmos a patrulha. É certo que têm fontes diferentes de financiamento e colocaremos também a respectiva fonte, porque a patrulha está no Tesouro. Então, nós tiraremos aqui 2 milhões de dobras e ficariam 18, e assim reforçaríamos os 2 milhões para a patrulha. Isto é compreensível.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Ministro.

Penso que isso satisfaz ao Sr. Deputado Arlindo Ramos e a todos nós.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna: — Sr. Presidente, pronto, vamos abrir o jogo. Não temos capacidade de manutenção dessas instituições que temos. Se eventualmente um país nos doar este ou aquele equipamento, há outros que não fazem, que é o caso do disse o Sr. Líder Parlamentar do ADI, materiais não letais, quer dizer, eu ir fazer uma operação munido de gaz ou vários outros tipos de instrumentos. Nós não dispomos disto. E o que é que acontece? Quando se tem isso nos armazéns, ao fim de 1 ou 2 anos, esses produtos está desactivado, se perde.

Fizemos algumas diligências no ano passado, devido à pandemia, quase tudo ficou em *standby* e iniciamos agora esse processo. São várias casas que fornecem esses artigos e tudo aponta que estamos a prever cerca de 100 000 euros, na medida em que vamos ao mercado português, que é mais prático para nós a busca desses artigos. Nós estamos a fazer essa diligência. E se o indivíduo aparece de AK, é o instrumento que ele tem no momento. Ele não tem outra coisa. Mesmo cassetetes, também devia ser outro tipo de cassetetes, com que se podia, através de choque, neutralizar alguém que estivesse a incomodar.

Ocorrência de Lobata, era bom que precisassem onde é que foi e quando é que foi, de forma a permitir que eu possa responder.

Uma voz do ADI: — Foi no jardim de Água Casada.

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna: — Não. Não foi no jardim de Água Casada. A Polícia chegou para deter um indivíduo que tinha sido várias vezes notificado, e um elemento que colabora muito, dos chamados polícias locais, fez a entrega da notificação da Polícia. Era a terceira vez que isso estava a acontecer e houve uma resistência. O indivíduo ofereceu resistência, os populares e familiares tentaram bloquear a detenção do indivíduo, que devia ser conduzido à Esquadra, em Guadalupe, Lobata. Isso não aconteceu naturalmente. Nessa situação de autodefesa, deve ter havido disparos. Acontece, sim, que realmente as crianças estavam na aula, na cresce, e com tiroteio houve aquele pânico que se criou.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Satisfeito com o esclarecimento?

A preocupação da Sra. Deputada Maria das Neves está respondida? Não registou?

A Sra. Maria das Neves (MLST/PSD): — O Sr. Ministro não respondeu.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro registou a preocupação?

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel e depois vamos passar a palavra ao Ministro da Defesa.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, de facto gostaria de concordar com o Ministro da Defesa de que há necessidade de haver um debate sobre a defesa e segurança pública em São Tomé e Príncipe, porque os nossos agentes da Polícia e os nossos militares, infelizmente alguns, não digo todos, é preciso também proteger a instituição, têm tido comportamentos que não abonam para uma boa imagem da instituição que eles representam.

Falou-se da questão de formação, o meu colega tem razão, nós temos muitos policiais licenciados neste país, mas nós não estamos a falar só disso. Estamos a falar de pessoas que sabem ser e estar. Eu próprio já disse isso aqui, este ano, que fui alvo de uma perseguição desnecessária. Ao fazer a minha viagem normal para Trindade, um indivíduo que anda com um carro idêntico ao meu, se calhar, não sei se é verdade ou não, estava em Madre Deus, eventualmente, o Comandante-geral da Polícia deu instruções para me investigar. Por isso, Sr. Ministro de Defesa, eu olho para a sua cara, olho no olho, porque eu normalmente não tenho problema, quando digo que há perseguição neste país, há. Sou Deputado da Nação, representante do povo. Não posso e nem devo ser perseguido. O Sr. Comandante deu ordem para entrar em contacto comigo, convidar-me ao Comando Distrital de Mé-Zóchi. Eu falei disso aqui. E por isso, volto a dizer que há necessidade de termos um debate. Tem que haver debate. Alguém dizia que nós

estamos mais seguros agora, claro. Estamos mais seguros, porque onde está a pessoa do ADI para ir queimar carros, criar problemas? Nós não fazemos isso. O pessoal do ADI não faz isso. E é por isso que estão a dizer que agora estamos mais seguros. Foram ao poder na base de queima de carro e coisas que têm medo agora. Nós os Deputados do ADI não fazemos isso.

Pode cortar, muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Esta é uma intervenção de Estado? É essa a intervenção de Estado que o Sr. Líder Parlamentar do ADI defende?

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Eu não fiz intervenção, eu não vou responder.

O Sr. Presidente: — O senhor está a aplaudir, o povo tem que saber. É que nós não estamos nesta discussão. Isso é discussão de orçamento?

Murmúrios gerais.

Isto é muita brincadeira!

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — E nós estamos a discutir.

O Sr. Presidente: — Tema do carro?

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Não, nós estamos a discutir...

O Sr. Presidente: — O quê?

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Estamos a discutir as opções.

O Sr. Presidente: — E o tema do carro está nas opções?

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Estamos a falar da questão da segurança dos Deputados. Se o Deputado levantou uma questão...

O Sr. Presidente: — Então? Oh Senhor meu Deus!

Murmúrios.

A Mesa está habituada já com a intervenção deste Deputado. Já está habituada com a intervenção desviada deste Deputado. Só que não fica bem, porque quando outros fazem, os senhores reclamam e quando é do seu Grupo Parlamentar, o senhor aplaude. Apenas isso! O senhor tem que ser mais elegante, enquanto Deputado. É difícil, mas procure ser! O senhor tem muita dificuldade em ser elegante, e eu entendo, mas procure ser! Senhor tem que se moderar um pouco, para ser elegante! Precisa ser!

O Sr. Ministro esqueceu-se de responder à preocupação da Sra. Deputada Maria das Neves? Eu por acaso não registei.

Já está ultrapassada, Sra. Deputada Maria das Neves?

Portanto, a única proposta concreta foi atendida, não temos mais inscritos.

O Sr. Ministro está a analisar a preocupação, para encontrar uma resposta à Sra. Deputada Maria das Neves.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Eu vou contactar a Sra. Deputada Maria das Neves.

O Sr. Presidente: — Ah, ainda vai acertar com a Sra. Deputada Maria das Neves.

Às 15 horas vamos encerrar, portanto, faltam sensivelmente 12 minutos. Estamos prestes a terminar o Ministério da Defesa e Administração Interna, é o último ministério a ser analisado hoje.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para esclarecer a preocupação da Sra. Deputada Maria das Neves.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Sr. Presidente, eu já tinha falado com a Sra. Deputada, mas mudei a rubrica, porque esta fala de serviço de Saúde e eu não quero mexer na Saúde. Mesmo em baixo, a última rubrica, onde se reduziu para 18, vamos reduzir para 17, e 1 milhão será para incêndios.

Quanto às casas sociais, permanecem os valores. Não quero mexer por nada com a Saúde.

O Sr. Presidente: — Só para situar os Deputados, na rubrica Encargos Gerais, já se retirou 2 milhões para patrulha e retira-se mais 1 milhão para...

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Incêndios e...

O Sr. Presidente: — ...apoio aos sinistrados.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Sim, sim.

O Sr. Presidente: — Ficará em que ministério? Também na Defesa?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização (Cílcio Santos): — Ministério do Trabalho.

O Sr. Presidente: — Vai ser para o Ministério do Trabalho e Segurança Social, posteriormente.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Ou mesmo Encargos Gerais, com esta descrição, para ser preciso.

O Sr. Presidente: — Ou manter no Encargo Gerais com a descrição?

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Vamos manter nos Encargos Gerais, mas com esta descrição. É especificar uma rubrica para isso.

O Sr. Presidente: — Está satisfeita? Concorda?

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Vai-se retirar?

O Sr. Presidente: — Tem-se que retirar. Tem-se que fazer a redução, uma nova descrição e dotação. Portanto, não havendo mais inscritos e atendidos todos os argumentos e as propostas aqui avançadas, vamos encerrar o nosso trabalho de hoje.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, ainda temos 5 minutos.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, muito obrigado, boa tarde a todos.

É um pedido para os próximos dias. Acho que não é saudável a esta hora, quase 15 horas, desde manhã, estar nesta situação, sem ter a possibilidade de meter nada no estômago. Nem todos têm a mesma capacidade de aguentar isso. Há pessoas que têm problemas de saúde e que precisam. Acho que não é prático isso.

Da forma como isso está, temos que ver para amanhã como resolver isso, ou fazer uma suspensão de 1 hora, para as pessoas irem almoçar e depois voltarem. Mesmo para aqueles que não têm problema de saúde, ao se andar assim, vão passar a ter problemas de saúde. Não falando das Sras. e dos Srs. Deputados que vivem nos distritos mais longínquos, que têm que acordar mais cedo, têm que sair de casa mais cedo do que nós que estamos aqui na cidade. Há pessoas que acordam mesmo muito e muito cedo. Por isso, temos que ver uma forma de melhorar nos próximos dias.

O Sr. Presidente: — A Mesa concorda com a proposta e regista o conselho, no entanto, tudo irá depender tão somente de nós. Se verificarmos a proposta que foi feita e que todos têm, prevê-se o horário para almoço, mas tínhamos que começar às 9.

Murmúrios do ADI.

O Presidente vem para a Sala quando os serviços disserem que há quórum. É isto.

Uma Voz do ADI: — Nós propusemos isso.

Murmúrios do ADI.

Não culpem o Presidente, porque o Presidente está sempre aqui antes das 8 horas. O Presidente só vem para a Sala quando disserem que há quórum. Portanto, se começarmos às 9 horas, está previsto suspender às 13 e retomarmos às 14. Agora, se começarmos às 11, é claro que não dá para suspender às 13.

Se todos estiverem de acordo, às 9 horas vamos iniciar e suspenderemos às 13. Ou, se conseguirmos concluir às 13, é melhor.

Está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 55 minutos.

Faltou à sessão o seguinte Sr. Deputado:

Acção Democrática Independente (ADI):

Esmaiel da Glória do Espírito Santo